

Documento de programa para o VIII Congresso

Abril/2026

SUMÁRIO

PREÂMBULO

1. AFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIOS

2. A CRISE DO CAPITALISMO E DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

- 2.1.A conjuntura histórica do VIII Congresso do PT: uma época de crises
- 2.2.Crise geopolítica, guerras e o declínio da hegemonia norte-americana
- 2.3.Multipolaridade, BRICS e o papel moderador do Brasil e da China
- 2.4.Crise do neoliberalismo e regressão civilizatória
- 2.5 Crise ambiental e limites do modelo civilizatório

3. O DESENVOLVIMENTO E OS LIMITES DO CAPITALISMO BRASILEIRO

- 3.1.A formação histórica da estrutura econômica brasileira
- 3.2.As raízes estruturais da desigualdade e do subdesenvolvimento
- 3.3.Neoliberalismo, desindustrialização e financeirização da economia
- 3.4.Os governos do PT: avanços históricos, limites estruturais e impasses
- 3.5.Desenvolvimento e soberania nacional no século XXI

4. O PROGRAMA DAS REFORMAS ESTRUTURAIS

- 4.1.Estratégia democrática-popular e centralidade das classes trabalhadoras: fortalecendo os sujeitos da mudança
- 4.2.Derrotar os sujeitos da reação e enfrentar o bloco rentista-autoritário
- 4.3.O papel do Estado e a reconstrução da capacidade de planejamento
- 4.4.Reformas estruturais como condição da democracia substantiva
 - Reforma Política
 - Reforma Tributária
 - Reforma do sistema financeiro
 - Reforma Tecnológica
 - Reforma do Poder Judiciário
 - Reforma administrativa
- 4.5.O PT como instrumento histórico da transformação

5. UM CHAMADO À ORGANIZAÇÃO, À DEMOCRACIA E À TRANSFORMAÇÃO

PREÂMBULO

Este documento é apresentado ao Partido dos Trabalhadores como uma versão inicial e provisória da atualização de seu Programa partidário, a ser submetido ao debate e à aprovação do VIII Congresso Nacional do PT. O objetivo do Programa é definir um horizonte estratégico para as classes trabalhadoras e para o novo mundo de trabalho, a partir de uma reflexão coletiva sobre a realidade brasileira e internacional e sobre as tarefas históricas do nosso tempo. Trata das tarefas históricas que nos desafiam em defesa da soberania nacional e da democracia, conjugadas com a luta pela redução radical e persistente das desigualdades sociais.

O PT nasceu da necessidade sentida por milhões de trabalhadores e trabalhadoras de intervir diretamente na vida política para transformá-la. Nasceu da recusa em aceitar que a política fosse monopólio das elites econômicas, mas também da convicção de que a organização autônoma das classes trabalhadoras e, agora, o novo mundo do trabalho pudessem abrir caminho para uma sociedade justa, republicana e democrática. Um país pautado pelos valores da igualdade e da justiça, num ambiente de democracia social e de plenas liberdades políticas.

Essa razão de ser permanece atual, porque as estruturas de dominação social, econômica e política que marcaram a formação do Brasil ainda condicionam seu desenvolvimento e sua inserção no mundo. Ambivalentes, as novas tecnologias de comunicação e informação permitiram valorizar a cidadania ativa e tornar o Estado mais transparente e permeável ao controle público, ao mesmo tempo em que, apropriadas pelas classes ricas, ampliaram a dominação político-social dessas mesmas forças.

O texto é apresentado num momento de mudanças estruturais na produção, nos costumes, na cultura e no fazer político. Ocorre em meio a revoluções tecnológicas, sequenciais, capazes de proporcionar uma indiferenciação entre o virtual e o real e, simultaneamente, uma colisão entre aquilo que pode ser uma apreensão das pessoas e a simples manipulação da sua consciência. Destilam-se, assim, novas formas de controle e organização da opinião individual e coletiva.

A política hoje circula muito além das instituições partidárias formadas nas estruturas verticais de poder do século XX. Transita em milhões de coletivos nas redes que respondem à vida fragmentada e manipulada do mercado e saltam sobre os muros institucionais da modernidade em crise. Do outro lado deste muro está a face perversa do fascismo – armadura de ferro de manutenção da opressão política – como modo de vida e ideologia formatada para aparentar indignação contra o sistema.

O PT configurou-se historicamente como um partido de vocação socialista. Uma vez no governo, o partido se propôs a governar para “os de baixo”, atuando dentro da institucionalidade e como um partido de esquerda portador da utopia democrática do Estado Social e, ao mesmo tempo, capaz de

conseguir mudanças concretas e imediatas em favor das maiorias sociais.

Num país de passado colonial-escravista como o Brasil, tais políticas foram sentidas como revolucionárias: Prouni, Escolas Técnicas assentadas em todo o Território Nacional, qualificação e ampliação do SUS, Bolsa Família, ampliação da rede de Ensino Superior Federal, sistemas de financiamento e proteção da agricultura familiar, acesso a bolsas de estudo no exterior e assentamentos para a democratização da propriedade da terra são algumas das centenas de políticas públicas que foram instituídas pelos governos do PT. A elas associadas, também a política externa de paz e soberania caracteriza o progressismo dos nossos governos nacionais.

O Brasil é uma nação marcada por profundas contradições. Formou-se sob o peso da colonização, da escravidão, da dependência externa e da concentração extrema de renda, terra e poder. No plano político, sufocou desde muito cedo as aspirações republicanas, conjurando a Inconfidência mineira, tornou-se independente por ato da Monarquia portuguesa, fez-se República por meio de um golpe de Estado dirigido por militares monarquistas até a antevéspera de 15 de novembro de 1889. Construiu um regime federativo de baixa centralização ou de centralização autoritária e ditatorial.

Ainda assim, pela combatividade e heterogeneidade de seu povo e força de sua economia, construiu uma sociedade diversa, plural, criativa e portadora de enorme potencial humano, produtivo, cultural e ambiental. A história brasileira é atravessada por lutas permanentes por soberania, por direitos, desenvolvimento econômico e por inclusão social, ainda que as classes trabalhadoras e os setores populares fossem, no mais das vezes, excluídos das decisões centrais sobre os rumos do país.

O Programa partidário do PT expressa um projeto histórico de nação, orientando a luta dos trabalhadores por direitos, desenvolvimento econômico, redução radical das desigualdades, aprofundamento da democracia, inovação científica e tecnológica, saúde e educação públicas, sustentabilidade ambiental, e fortalecimento da soberania nacional. Projeta uma nova base histórica fundada na soberania compartilhada voluntariamente entre os agentes sociais, buscando eliminar drasticamente as piores formas de opressão social, pobreza e miséria de uma grande parte do nosso povo.

Vivemos uma época marcada por crises profundas e interligadas. A crise sistêmica do neoliberalismo, a intensificação das desigualdades, a emergência da crise climática e as possibilidades de regressão democrática revelam os limites históricos de um modelo de sociedade que é excludente e predatório. Ao mesmo tempo, essas crises reconfiguram a ordem internacional e abrem uma disputa sobre os rumos do mundo, recolocando no centro a questão da democracia, do desenvolvimento, da soberania, da cooperação entre os povos e do papel dos Estados nacionais.

O Brasil é uma nação continental, com capacidade produtiva, base científica, diversidade social,

riqueza ambiental e peso político suficientes para atuar como protagonista na construção de uma ordem internacional mais justa, multipolar e cooperativa. Defender a soberania nacional significa recusar a submissão a projetos imperiais-coloniais, enfrentar a financeirização predatória e afirmar uma inserção internacional ativa, solidária e orientada pelos interesses do povo brasileiro e da nação como um todo.

Diante dessa realidade, reafirmamos que o sujeito da transformação social são as classes trabalhadoras tradicionais, bem como os novos contingentes do mundo do trabalho e das camadas populares organizados de forma independente, conscientes de seus interesses históricos. São estes os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da indústria, dos serviços e das novas formas de trabalho, mulheres, população negra, juventude, povos indígenas e comunidades tradicionais, moradores das periferias e setores médios submetidos à precarização do trabalho e da renda familiar.

É a partir da luta e da coordenação desses sujeitos que se constroem as conquistas democráticas e se abrem caminhos para um Brasil mais justo, soberano e igualitário. O PT existe para organizar essa força social, fortalecer sua autonomia política e expressar suas aspirações históricas.

Construir um horizonte estratégico para as classes trabalhadoras e a maioria do povo é construir, inseparavelmente, um projeto nacional de desenvolvimento que coloque o país em um patamar competitivo em termos globais. Um projeto com justiça social e democracia substantiva, ancorado em uma estratégia de reindustrialização, autonomia tecnológica e transição energética e ambiental. Sem isso, o Brasil seguirá à mercê das instabilidades e incertezas internacionais, reduzindo as oportunidades de interferir nas grandes transformações geopolíticas e econômicas.

A superação desses limites exige mais do que ajustes graduais ou reformas fragmentadas. Exige um processo de transformação profunda. Trata-se de um salto histórico necessário para que o país deixe somente de “reagir” às crises e passe a moldar ativamente seu próprio futuro, pautado em valores individuais e coletivos de numa sociedade plural, livre e socialmente estável. Nesta, a felicidade, a saúde, a cultura e a democracia – em outras palavras, o poder político nas mãos de quem produz a riqueza nacional – devem ser o verdadeiro sinal de prosperidade, inspirador da criatividade e da solidariedade.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos que as formas de exploração e dominação se transformam, afirmamos que a centralidade do trabalho permanece, combinada com novas formas de controle da produção e do conhecimento, baseadas no endividamento insustentável, na financeirização da economia, na captura do tempo de vida e no uso das tecnologias para subordinar e fragmentar os trabalhadores. Com a degradação do poder estatal, crescem os riscos de aumento da criminalidade e formação de milícias, com infiltração do crime organizado na institucionalidade política, financeira e pública.

O Programa do PT deve, portanto, atualizar sua compreensão da realidade tecnológica, cultural e política, sem renunciar aos seus fundamentos. Cabe, nesta atualização, fazer uma conceituação concreta da luta de classes que permeia tanto os interesses nacionais soberanos no capitalismo contemporâneo como a formação de um “ethos” nacional agregador de uma ideia de nação livre da opressão colonial-imperial, que vai se aguçar nas próximas décadas.

O horizonte estratégico que orienta este programa é o fortalecimento e o aprofundamento da democracia, com uma visão que não restringe a democracia ao voto, mas que inclui a participação popular, a ampliação dos direitos fundamentais, a busca persistente por oportunidades e igualdade substantivas, o controle social da economia, a soberania nacional e o respeito aos limites ambientais – tudo isso construído por meio da ação consciente e organizada de todo o povo.

Este documento não encerra o debate programático do PT. Ao contrário, abre um processo coletivo de reflexão, formulação e luta, reafirmando o compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores com a organização independente das classes trabalhadoras e com a transformação profunda da sociedade brasileira. É com esse espírito que o submetemos ao VIII Congresso Nacional do PT e à discussão de toda a militância.

1. AFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIOS

“O Partido dos Trabalhadores reafirma que seu projeto nasce das lutas da classe trabalhadora, da juventude, das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e tradicionais, das pessoas LGBTQ+, das periferias, da agricultura familiar e dos povos da floresta. É com esses sujeitos que construiremos o programa, a tática e a estratégia para 2026, transformando esperança em organização, organização em força social e força social em vitória política.”

Diretório Nacional, 6 de dezembro de 2025

O Partido dos Trabalhadores reafirma, neste VIII Congresso Nacional, os princípios que orientaram sua fundação, continuam a dar sentido à sua existência histórica e projetam sua estratégia para o futuro. Esses princípios não são declarações abstratas nem compromissos genéricos, mas expressam escolhas políticas claras diante das disputas do nosso tempo, das crises do capitalismo contemporâneo e das tarefas históricas colocadas para o Brasil e para as classes trabalhadoras.

O PT se afirma como partido de esquerda, democrático, socialista e comprometido com a transformação profunda da sociedade brasileira.

Na conjuntura atual, o PT afirma que não bastam ajustes graduais nem reformas fragmentadas. A superação dos impasses históricos do país exige um processo de revolução política, social e tecnológica, entendido como um movimento consciente e democrático de reorganização do poder, da economia e das bases materiais da vida social.

A revolução política é condição para democratizar efetivamente o poder no Brasil. Implica enfrentar a captura do sistema político pelo poder econômico, restituir a soberania do voto popular, fortalecer os partidos programáticos, ampliar os mecanismos de participação social e subordinar o funcionamento do Estado ao interesse público. Sem uma transformação profunda das regras do jogo político, a democracia permanece vulnerável à chantagem das elites e à regressão autoritária.

A revolução social é indispensável para romper com as estruturas históricas de desigualdade, exclusão e opressão que marcam a formação brasileira. O PT reafirma que não há democracia substantiva sem redistribuição de renda, de riqueza, de oportunidades e de poder. Combater as desigualdades sociais, raciais, de gênero, territoriais e geracionais não é uma agenda setorial, mas parte constitutiva do projeto democrático-popular.

A revolução tecnológica, por sua vez, é decisiva para garantir a soberania nacional no século XXI. O domínio do conhecimento, da ciência, das tecnologias digitais, industriais e ambientais é condição para o desenvolvimento, para a geração de empregos de qualidade e para a autonomia do país

diante das novas formas de dependência e subordinação. A tecnologia não pode ser instrumento de exploração e controle, mas deve estar subordinada a objetivos sociais, democráticos e ambientais.

Esses três eixos se traduzem, no plano estratégico, em três grandes objetivos nacionais, inseparáveis entre si:

a) Uma reforma política democrática, capaz de enfrentar a captura do sistema político, restituir a centralidade da soberania popular, fortalecer a representação programática e ampliar a participação direta da sociedade nas decisões do Estado.

b) Uma reforma tributária e financeira progressiva, voltada à redistribuição de renda e riqueza, ao enfrentamento do rentismo e ao fortalecimento da capacidade do Estado de investir, planejar e garantir direitos universais.

c) Uma transformação tecnológica soberana, articulada a uma política industrial, científica e ambiental ativa, capaz de reindustrializar o país, agregar valor à produção, promover a transição ecológica e assegurar autonomia produtiva e digital ao Brasil.

A articulação desses três eixos não se limita a orientar políticas setoriais, mas define um objetivo estratégico de longo prazo para o País: sustentar um novo ciclo de desenvolvimento capaz de elevar de forma consistente a capacidade produtiva, a renda nacional e o bem-estar da população. Trata-se de recolocar o Brasil em uma trajetória de crescimento robusto, contínuo e socialmente orientado, superando décadas de estagnação, baixa taxa de investimento e aprofundamento das desigualdades.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores afirma como horizonte concreto a construção das condições econômicas, sociais e institucionais para manter um crescimento sustentado durante as próximas duas décadas. Isso implica um esforço para retomar os índices de crescimento anual verificados no período 2007-2010, quando o governo do presidente Lula registrou crescimento econômico robusto, com o PIB apresentando médias anuais em torno de 4%, tendo atingido 7,5% em 2010. Esse objetivo expressa um projeto de transformação estrutural: ampliar a produtividade, gerar empregos de qualidade, fortalecer a indústria, incorporar tecnologia e assegurar que o crescimento econômico se traduza em melhoria efetiva das condições de vida da maioria da população.

O PT também defende a democracia como efetivação dos direitos fundamentais, como participação popular permanente, como soberania do voto e como construção coletiva das decisões que afetam a vida da maioria. A democracia, portanto, não é apenas um regime político formal. É um valor, um método e um objetivo histórico. Sob contestação como democracia das elites, a democracia liberal mostrou-se insuficiente para fazer frente ao autoritarismo e à extrema-direita. Nesse contexto, o PT

afirma que a defesa da democracia exige ir além de sua forma limitada e elitista, combinando democracia representativa com democracia participativa, auto-organização popular e reformas políticas profundas.

Democracia participativa é redistribuição de poder: deve incidir sobre prioridades, orçamento e mecanismos de fiscalização para garantir direitos materialmente. Participação não é consulta, mas exercício concreto de poder popular sobre as decisões estratégicas do Estado.

A execução de um programa de transformação exige democracia interna nos espaços onde se decide poder, rumo e recursos partidários: direções, critérios de participação e mecanismos de deliberação. Práticas democráticas periféricas não substituem democratização real dos centros de decisão. Sem isso, cresce o risco de oligarquização e distanciamento entre partido, base social e movimentos populares.

Como afirma o Manifesto de Fundação do PT, aprovado em 10 de fevereiro de 1980, “os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.” Essa premissa permanece plenamente válida, acrescida de uma constatação fundamental: sem a superação do neoliberalismo, o futuro da democracia corre grande risco.

O PT reafirma seu compromisso com a igualdade em todas as suas dimensões. A desigualdade social, racial, de gênero, territorial e geracional não é um desvio ocasional do sistema, mas resultado estrutural de um modelo de desenvolvimento excludente. Combatê-la exige políticas redistributivas, reforma tributária progressiva, valorização do trabalho, ampliação dos serviços públicos e enfrentamento direto às formas de discriminação e opressão que atravessam a sociedade brasileira.

O PT proclama seu compromisso com a diversidade humana, com os direitos das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e tradicionais, das pessoas LGBTQIA+, da juventude e das populações historicamente marginalizadas. Essas lutas não são periféricas nem identitárias no sentido restrito: integram o núcleo do projeto democrático-popular e da construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

O Partido dos Trabalhadores reafirma uma visão ampliada de direitos, compatível com os

desafios do nosso tempo, que reconhece a interdependência entre todas as formas de vida. A democracia contemporânea exige incorporar a justiça ambiental, o respeito à natureza e o reconhecimento da senciência animal como parte de um novo paradigma civilizatório. Defender a vida, em todas as suas expressões, significa enfrentar a crueldade, proteger a biodiversidade e orientar o desenvolvimento por princípios éticos, sustentáveis e solidários.

O PT defende a ciência, a educação, a inovação e a produtividade do trabalho como fundamentos do desenvolvimento nacional e do bem-estar social. Rejeita o obscurantismo, o negacionismo científico e a submissão tecnológica. O desenvolvimento das forças produtivas deve estar subordinado ao interesse social, à soberania nacional e à preservação ambiental, e não à lógica da acumulação predatória e da extrema concentração de riqueza entre o 1% mais rico.

O PT afirma o papel estratégico do Estado democrático como indutor do desenvolvimento, garantidor de direitos e instrumento de redução das desigualdades. O Estado não pode ser reduzido a um gestor da austeridade nem ser capturado por interesses privados e rentistas. O PT defende um Estado capaz de planejar, coordenar e estimular investimentos, promover a reindustrialização, garantir políticas sociais universais, proteger o trabalho e assegurar a soberania nacional em um mundo marcado por disputas econômicas, tecnológicas e geopolíticas.

O PT tem como fundamento a democracia interna, a capacidade generosa de aglutinar e unir os lutadores e lutadoras em defesa dos direitos fundamentais e a valorização das capacidades preditivas e analíticas de seus dirigentes e militantes que somente o pensamento crítico e criativo pode oferecer.

Por fim, a estratégia do PT não se limita à ocupação de cargos institucionais, mas se enraíza na luta social, na formação política, na mobilização popular e na construção de maiorias democráticas capazes de sustentar reformas estruturais.

O PT é herdeiro das lutas da classe trabalhadora brasileira ao longo do século XX e XXI: desde as primeiras greves em 1917 em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras até as greves operárias que inauguraram a organização sindical moderna; da luta histórica dos trabalhadores e seus partidos pelo socialismo e da solidariedade internacional entre povos e nações na luta anticolonial e contra os imperialismos; da resistência à ditadura; da construção da Constituição de 1988; das mobilizações populares por direitos; e das experiências de governo que tiraram milhões da pobreza, ampliaram o bem-estar e reposicionaram o Brasil no cenário internacional. É uma trajetória que lhe impõe a responsabilidade histórica de aprender com seus acertos e limites.

A afirmação desses princípios expressa a compreensão de que a democracia, o desenvolvimento e a soberania não são dimensões separadas, mas partes de um mesmo projeto histórico. Para o Partido dos Trabalhadores, defender a democracia é transformar suas bases materiais; desenvolver o país é

reduzir desigualdades; e afirmar a soberania é garantir que o povo brasileiro tenha controle sobre seu destino coletivo.

É a partir desses princípios que reafirmamos o horizonte estratégico do Partido dos Trabalhadores.

O socialismo pelo qual lutamos corresponde à mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero. A igualdade e a equidade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social.

Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das classes trabalhadoras nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular e planejamento econômico, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

O socialismo petista é internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão.

O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente, ainda que não neguemos a força mobilizadora da identidade nacional e a importância da soberania nacional, respeitados os interesses das classes trabalhadoras. Assim, os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, para que sejam capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz.

Os ideais e valores do socialismo democrático se constituem, para nós, nos referenciais para formulação das bandeiras de luta e para a construção de nosso programa alternativo para o país.

Com esses princípios o PT orienta sua estratégia, sua ação institucional e sua relação com os movimentos sociais e com as classes trabalhadoras. Eles constituem o fundamento político do Programa partidário e o ponto de partida para a construção coletiva das propostas, das reformas estruturais e das lutas necessárias à transformação do Brasil.

2. A CRISE DO CAPITALISMO E DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

“A construção do Programa Partidário e as diretrizes do programa de governo para 2026, articulada ao processo do VIII Congresso Nacional, devem expressar a atualização estratégica do PT diante da crise estrutural do capitalismo global, da regressão civilizatória promovida pela extrema-direita e da falência da atual governança financeira internacional.”

Diretório Nacional, 6 de dezembro de 2025

1. A conjuntura histórica do VIII Congresso do PT: uma época de crises

Estamos na era da crise do neoliberalismo, com uma desordem global crescente. Uma conjuntura histórica marcada pela sobreposição de crises estruturais, que atravessam o sistema capitalista, a ordem política internacional, as democracias liberais e as bases materiais da vida no planeta. Não se trata de uma crise cíclica, nem de um período de transição ordinária, mas de uma mudança de época na qual se intensificam as disputas por novos projetos de sociedade.

A crise do capitalismo contemporâneo manifesta-se, antes de tudo, como crise do neoliberalismo. O modelo que, a partir dos anos 1980, prometeu crescimento, eficiência econômica e bem-estar por meio da desregulamentação dos mercados, da financeirização da economia e da redução do papel do Estado revelou-se incapaz de oferecer estabilidade, justiça social e futuro para a maioria da humanidade. Ao contrário, produziu estagnação econômica prolongada, concentração extrema de renda e riqueza, precarização do trabalho e enfraquecimento das democracias.

As grandes crises financeiras de 2008-2009 e de 2011-2012 desnudaram o núcleo do neoliberalismo: a subordinação das economias nacionais aos interesses do capital financeiro globalizado. Em vez de corrigir seus desequilíbrios, o sistema respondeu com a socialização dos prejuízos e a preservação dos privilégios das elites financeiras, aprofundando o endividamento público, comprimindo os investimentos sociais e ampliando as desigualdades. A partir desse período, consolidou-se um novo padrão de acumulação, marcado pela captura de rendas, pela expansão do poder das grandes corporações transnacionais e pela corrosão das bases produtivas em grande parte do mundo.

Nesse processo, emergiram novas oligarquias capitalistas, com poder econômico, político e cultural sem precedentes. As grandes plataformas digitais e empresas de tecnologia passaram a exercer papel central não apenas na economia, mas também na formação da opinião pública, na organização

do trabalho, no controle de dados e na mediação da vida social. As chamadas *big techs* transformaram-se em instrumentos de dominação econômica, política e cultural, operando em larga escala a mercantilização da informação, a exploração do trabalho digital e a manipulação dos fluxos de comunicação, com impactos diretos sobre a democracia.

A crise do capitalismo neoliberal se articula, ainda, à falência da atual governança financeira internacional. As instituições multilaterais criadas no pós-Segunda Guerra Mundial foram progressivamente capturadas e substituídas pelos interesses das potências centrais e do capital financeiro, perdendo legitimidade e capacidade de resposta aos desafios globais. O resultado é um sistema internacional incapaz de enfrentar a desigualdade, a emergência climática, as crises humanitárias, a fome e as guerras que se multiplicam.

2.2. Crise geopolítica, guerras e o declínio da hegemonia norte-americana

A crise econômica e social do neoliberalismo se expressa também na desestabilização da ordem geopolítica internacional construída sob a hegemonia dos Estados Unidos. A perda relativa de poder econômico e político norte-americano, combinada com a ascensão de novas potências e blocos regionais, tem produzido um cenário de instabilidade permanente, marcado por conflitos regionalizados, guerras, sanções econômicas, bloqueios e intervenções diretas ou indiretas, impostos pelos Estados Unidos e seus aliados da Europa.

O cenário internacional vive um agravamento das tensões geopolíticas e pela expansão de conflitos armados, que expressam a crise da ordem internacional e a ofensiva dos Estados Unidos para preservar sua hegemonia. Diante do declínio relativo de sua posição, os Estados Unidos intensificam o uso do poder militar, financeiro e tecnológico para impor seus interesses, recorrendo a intervenções diretas, guerras por procuração, sanções econômicas e bloqueios que penalizam povos inteiros e ampliam a instabilidade global.

Nesse contexto, ganha centralidade a escalada de conflitos em diferentes regiões, com destaque para a guerra na Ucrânia, para a ofensiva do Estado de Israel contra o povo palestino, marcada por práticas de extermínio, genocídio e violação sistemática do direito internacional – toleradas e apoiadas pelas principais potências ocidentais, revelando o colapso moral e político do sistema internacional e a seletividade brutal do chamado “direito internacional” – e para o agravamento do confronto entre Israel e Irã, todos sustentados por uma dinâmica de militarização crescente e pelo apoio político, militar e financeiro dos Estados Unidos a seus aliados estratégicos. Trata-se de um quadro de violação sistemática do direito internacional, destruição de territórios e imposição da força como mecanismo de regulação das disputas globais, evidenciando a seletividade e os limites da ordem internacional vigente.

Esse quadro aprofunda crises humanitárias, deslocamentos forçados de populações e destruição de infraestruturas essenciais.

A militarização crescente das relações internacionais e a utilização de sanções como instrumento de coerção econômica aprofundam a disputa intercapitalista e aumentam os riscos de uma escalada militar de maiores proporções. A normalização da guerra como instrumento de resolução de conflitos internacionais representa uma ruptura grave com os princípios fundamentais que regem o direito internacional. A violação da autodeterminação dos povos, da não intervenção nos assuntos internos dos Estados e da solução pacífica das controvérsias tornou-se prática recorrente das grandes potências, corroendo a autoridade das Nações Unidas e aprofundando a instabilidade global.

Esse cenário tem impactos diretos sobre o Brasil, especialmente pela volatilidade dos preços da energia, pela instabilidade nas cadeias globais de suprimentos e pelo aumento das pressões geopolíticas sobre países do Sul Global. A dependência de mercados internacionais estratégicos e a exposição a choques externos reforçam a necessidade de fortalecer a soberania energética e produtiva do país. Torna-se fundamental adotar medidas que ampliem a capacidade nacional de planejamento e resposta diante de crises internacionais, reduzindo vulnerabilidades externas.

Nesse sentido, o Brasil deve articular sua política externa a uma estratégia de desenvolvimento que fortaleça sua autonomia nos setores de óleo e gás, na indústria química e petroquímica, e que, ao mesmo tempo, acelere a diversificação de sua matriz energética. Isso implica avançar na produção de biocombustíveis, no uso sustentável da biomassa e em novas tecnologias energéticas, garantindo segurança energética, agregação de valor e capacidade industrial própria. A transição energética deve ser conduzida de forma soberana, combinando diferentes fontes e respeitando as especificidades nacionais, como parte de um projeto de desenvolvimento que articule indústria, inovação e sustentabilidade.

O PT reafirma sua posição histórica em defesa da paz, do multilateralismo e da primazia da negociação política, dos organismos e das leis internacionais como únicos caminhos legítimos para a resolução de conflitos. A luta pela paz não é neutralidade diante das injustiças, mas compromisso ativo com a soberania dos povos, com o direito internacional e com a construção de uma ordem mundial baseada na cooperação, e não na força.

Essa posição está expressa na Constituição Federal de 1988, que orienta a política externa brasileira por princípios democráticos e pacíficos. O artigo 4º da Constituição estabelece como fundamentos das relações internacionais do Brasil “a independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; o repúdio ao terrorismo e ao racismo; e a cooperação

entre os povos para o progresso da humanidade”. Ao reafirmar esses princípios constitucionais, o PT sustenta que a luta pela paz, pelo multilateralismo e pela solução negociada dos conflitos é parte indissociável da defesa da democracia, da soberania nacional e da justiça internacional.

Na América Latina, esse cenário se combina com a retomada explícita da ofensiva imperialista dos Estados Unidos, particularmente sob a liderança de Donald Trump. A deposição e sequestro do presidente venezuelano Nicolás Maduro pelas forças especiais norte-americanas mostra que a ofensiva imperialista não é um termo retórico, mas um ato concreto de violação do direito internacional e de pirataria econômica. A reativação de doutrinas intervencionistas, a pressão econômica, diplomática e militar, o cerco e agressão militar à Venezuela, a continuidade do bloqueio brutal e ilegal imposto a Cuba há mais de seis décadas, inclusive o bloqueio total do acesso ao petróleo, levando o país à fome e ameaça de intervenção militar norte-americana – em flagrante violação ao direito internacional e às resoluções reiteradas da Assembleia Geral da ONU –, as ameaças à soberania de outros países da região e o uso da América Latina como espaço estratégico de disputa geopolítica recolocam o continente no centro das tensões globais, com riscos concretos à paz, à democracia e à autodeterminação dos povos. Essas políticas de coerção não visam à defesa da democracia, mas à punição de projetos soberanos e à intimidação de toda a região.

Baseada no protecionismo agressivo, a ofensiva liderada por Donald Trump – e, sob outras formas mais moderadas, também presente em governos anteriores – expressa a tentativa de recompor a hegemonia por meio da coerção, da ruptura de acordos multilaterais e da instrumentalização de guerras comerciais e tecnológicas e intervenções diretas nas eleições na região apoiando candidatos de extrema-direita ou submissos aos interesses dos Estados Unidos.

Com Donald Trump, a vaga imperialista dos EUA assume sua versão mais agressiva. Contudo, as violações da soberania e autonomia dos Estados nacionais não se expressam unicamente por sua força militar. O processo de interferência nas economias e na política se expressa nas operações de desestabilizações dos regimes políticos e na monopolização privada da internet por meio das big techs. Tudo isso até então sob a égide da guerra às drogas e do combate à corrupção. Trump, agora, investe sem disfarce sobre os grandes recursos econômicos do mundo em uma disputa agressiva com as potências globais ascendentes.

2.3. Multipolaridade, BRICS e o papel moderador do Brasil e da China

A crise da hegemonia norte-americana abre, ao mesmo tempo, espaço para a afirmação de novos protagonistas globais e para a construção de uma ordem internacional mais multipolar. O fortalecimento do BRICS, a revitalização do Mercosul, o papel estratégico da CELAC na integração

sul e latino-americana e a ampliação das articulações do Sul Global expressam a busca por alternativas à ordem internacional subordinada aos interesses das potências tradicionais e do capital financeiro globalizado.

Nesse contexto, destacam-se o papel da China como potência econômica e tecnológica emergente e sua atuação como fator de estabilização relativa em um sistema internacional marcado por conflitos, bem como o papel do Brasil como liderança regional e ator diplomático relevante na defesa do multilateralismo, da solução pacífica de controvérsias e da cooperação entre os povos. A atuação brasileira em fóruns internacionais, no BRICS, no G20, na CELAC, no Mercosul e a realização da COP30 no Brasil reforçam o papel do país como articulador de agendas globais que combinam desenvolvimento, justiça social, soberania e enfrentamento da emergência climática, reafirmando o compromisso com o multilateralismo e com soluções cooperativas para os desafios globais. Reafirma ainda a possibilidade de uma política externa soberana, ativa e altiva, comprometida com a paz, o desenvolvimento e a justiça internacional.

Essas experiências não eliminam as contradições do sistema mundial, mas demonstram que existem espaços reais de disputa geopolítica, nos quais projetos nacionais e regionais podem afirmar maior autonomia e ampliar margens de soberania frente à crise do imperialismo decadente.

2.4. Crise do neoliberalismo e regressão civilizatória

A crise do neoliberalismo, no entanto, ainda não deu lugar a um novo período histórico de superação da situação legada por décadas de extrema concentração de renda, riqueza e poder, de guerras e de destruição ambiental. As alternativas antineoliberais democráticas e populares, embora tenham produzido avanços importantes em diferentes países, ficaram a meio caminho, sem romper estruturalmente com a lógica da financeirização, do rentismo e da subordinação dos Estados aos interesses do grande capital.

Esse é o limite histórico atual que precisa ser superado por novas experiências mais profundas e mais radicais, capazes de articular democracia, desenvolvimento, soberania e justiça social. A construção dessas alternativas ocorre em escala nacional e internacional, de forma desigual e contraditória, acompanhando as próprias contradições do capitalismo neoliberal globalizado. Do mesmo modo, o debate programático, a formulação de políticas e a experimentação de novos caminhos também se desenvolvem nessa dimensão internacional.

A emergência de valores reacionários, com força política e capacidade de influência de massas, é expressão direta dessa crise civilizatória produzida por um modo de produção excludente, violento e

destrutivo. Valores e práticas associados ao fascismo, ao colonialismo, ao conservadorismo religioso, ao tradicionalismo autoritário e ao imperialismo reaparecem com força no século XXI.

Termos e políticas como xenofobia, homofobia, misoginia, racismo, islamofobia, antissemitismo, supremacismo branco, fascismo, nazismo, neofascismo, neonazismo, purificação e substituição étnica, rejeição aos imigrantes, nacionalismo excludente, legislações segregacionistas, regressão democrática, ditadura, intervenção militar, negação da ciência e da modernidade, eliminação dos adversários políticos e anticomunismo voltaram a ocupar o centro da agenda política mundial, impulsionados pela crise social, pela insegurança econômica e pela manipulação sistemática da informação.

A democracia foi posta em xeque, em grande medida, pela reação conservadora perante as conquistas populares das últimas décadas, que se efetivaram em associação direta com a luta pela ampliação de direitos civis e pela participação social, aprofundando a democracia. A hegemonia neoliberal produziu um ambiente de corrosão institucional, de esvaziamento das garantias democráticas e de crescente manipulação da opinião pública por meio das redes digitais, dos algoritmos e da concentração dos meios de comunicação nas mãos de novos atores surgidos a partir da Internet, ou reforçados por ela.

A captura do espaço público pelas grandes corporações tecnológicas, a disseminação da desinformação em escala industrial e o uso político do ódio e do medo tornaram-se instrumentos centrais da ofensiva autoritária contra a democracia, exigindo respostas políticas, programáticas e organizativas à altura de sua gravidade histórica.

A crise do neoliberalismo coloca desafios estratégicos decisivos para as forças democráticas e populares. Como superar as limitações de um reformismo condicionado por correlações de forças adversas, em um mundo marcado por ameaças à soberania nacional, à democracia e pelo crescimento da extrema-direita? Como avançar para além de experiências parciais, sem abrir mão da democracia e sem subordinar-se à lógica do capital financeiro globalizado?

Importante lembrar que, na esteira desse contexto internacional, o Brasil vive uma mudança de época também no mundo do trabalho. A transição tecnológica e a plataformização organizam relações laborais e aprofundam a fragmentação da classe trabalhadora, sem eliminar sua centralidade. A exploração do trabalho permanece, mas assume formas novas: subordinação algorítmica, metas opacas, remuneração variável, intensificação de jornadas e ausência de proteção social.

O trabalho em plataformas e a “uberização” deslocam riscos para o trabalhador: ele arca com custos, instrumentos, tempo e adoecimento. Isso reconfigura a consciência e a organização coletiva: trabalhadores vivem isolamento, competição e volatilidade, dificultando a sindicalização e a ação

política tradicional. Ao mesmo tempo, surgem novas experiências de organização e novos conflitos.

Além disso, o capitalismo contemporâneo amplia mecanismos de controle baseados no endividamento e na captura do tempo. O trabalhador não trabalha apenas para viver, ele trabalha para pagar dívidas estruturais da sobrevivência – aluguel, transporte, celular, crédito caro. Isso cria um círculo de dependência e submissão. O conflito social desloca-se também para o terreno do crédito, da dívida e do custo de vida, sem perder o eixo capital-trabalho.

Nesse contexto, ganham centralidade disputas por tempo, saúde mental, redução de jornada e direito à vida não mercantilizada. A luta por direitos trabalhistas se combina com a luta por qualidade de vida e pela reconstrução do tecido comunitário. A agenda democrática-popular precisa incorporar essa atualização: o conflito central é a exploração do trabalho, mas ela opera hoje articulada a endividamento, precarização e captura do cotidiano. A redução da jornada de trabalho sem redução salarial como deve ser vista como prioridade estratégica de reorganização do tempo social e redistribuição do trabalho.

Diante desse cenário, a tarefa histórica central é a construção de um bloco histórico hegemônico capaz de combinar a defesa da democracia e da soberania nacional com um processo de reformas estruturais de caráter político, social e tecnológico. Isso exige enfrentar o poder econômico e a reação conservadora, ao mesmo tempo em que se promove a disputa político-cultural e se articulam maiorias democráticas no Parlamento e na sociedade. A disputa pelo futuro não se limita à gestão do presente. Ela se dá no terreno das ideias, da cultura, da organização popular e da capacidade de construir consensos sociais duradouros em torno de um projeto democrático-popular de transformação.

5. Crise ambiental e limites do modelo civilizatório

A regressão democrática e civilizatória é inseparável da crise ambiental, produto de um modelo de desenvolvimento predatório, concentrador e estruturalmente insustentável. A lógica da acumulação ilimitada, da mercantilização da natureza e da subordinação dos territórios aos interesses do capital financeiro e das grandes corporações levou o planeta a uma emergência climática sem precedentes históricos. O aquecimento global, a perda acelerada da biodiversidade, a degradação de biomas estratégicos e o colapso de sistemas ecológicos revelam os limites materiais de um modo de produção que trata a vida e a natureza como mercadorias.

Os impactos dessa crise não se distribuem de forma homogênea. Eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, enchentes, ondas de calor, deslizamentos e incêndios florestais atingem de maneira desproporcional os trabalhadores, os mais pobres, as populações periféricas, os povos

indígenas e tradicionais e os países dependentes. A crise ambiental aprofunda a insegurança alimentar, compromete o acesso à água, fragiliza sistemas de saúde pública e amplia riscos sanitários, combinando-se com desigualdades históricas e produzindo novas formas de vulnerabilidade social.

A emergência climática está diretamente relacionada ao padrão de desenvolvimento imposto pelo neoliberalismo, que enfraqueceu o planejamento público, desmontou políticas ambientais, incentivou o extrativismo predatório e subordinou a proteção da natureza à lógica do lucro de curto prazo. A financeirização da economia e a reprimarização produtiva intensificaram a exploração de recursos naturais, ampliando conflitos socioambientais, expulsando populações de seus territórios e violências contra defensores do meio ambiente.

A crise ambiental não se expressa apenas na elevação da temperatura global, mas também na perda acelerada de biodiversidade, na degradação dos ecossistemas e no aumento de riscos sanitários associados à relação desequilibrada entre humanos, animais e ambiente. Eventos extremos afetam de forma desproporcional as populações mais vulneráveis, evidenciando que a justiça climática é parte indissociável da justiça social. Nesse contexto, a proteção da fauna, o enfrentamento aos crimes ambientais e a integração de políticas sob a perspectiva da saúde única tornam-se dimensões estratégicas para a defesa da vida.

A crise ambiental também se converte em fator de instabilidade política e geopolítica, alimentando disputas por recursos estratégicos, fluxos migratórios forçados e novas formas de intervenção imperialista sobre territórios ricos em biodiversidade, água, energia e minerais críticos. Nesse cenário, a defesa do meio ambiente e da soberania nacional tornam-se dimensões inseparáveis da luta democrática e do projeto de desenvolvimento.

Diante desse quadro, a crise climática evidencia, de forma incontornável, os limites históricos do capitalismo e reforça a urgência de uma transição ecológica justa, que não reproduza desigualdades nem transfira os custos da adaptação climática para os trabalhadores e os povos mais vulneráveis. Essa transição deve ser democrática, com participação popular, planejamento estatal e controle social, articulando desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ambiental.

Nesse contexto, o Brasil assume papel estratégico singular. Como país detentor de uma das maiores biodiversidades do planeta, de vastos recursos hídricos, energéticos e territoriais, e como nação com capacidade diplomática reconhecida, o Brasil pode e deve exercer liderança na construção de respostas globais à emergência climática. A retomada do protagonismo internacional brasileiro, sob a liderança do presidente Lula, reafirma o compromisso do país com o Acordo de Paris, com o multilateralismo ambiental e com a defesa de soluções cooperativas que articulem justiça climática, desenvolvimento e soberania.

A realização da COP 30 no Brasil inscreveu o país no centro do debate climático global e reforçou a responsabilidade brasileira de demonstrar que é possível enfrentar a crise ambiental sem reproduzir desigualdades, colonialismos verdes ou mecanismos de financeirização predatória da natureza. A liderança do Brasil nesse processo não se limita à diplomacia, pois se ancora na reconstrução das políticas ambientais, no combate ao desmatamento, na defesa dos povos indígenas e tradicionais e na afirmação de que a transição ecológica deve ser justa, democrática e orientada pelo interesse público. Evidência disso foi a defesa do presidente pela construção de um Mapa do Caminho para realizar essa transição rumo ao fim da dependência dos combustíveis fósseis e o fim do desmatamento.

Para o PT, enfrentar a crise ambiental é parte constitutiva do projeto que o partido defende. A superação do modelo predatório exige redefinir os fundamentos do desenvolvimento, colocar a vida no centro das decisões econômicas e construir uma relação sustentável entre sociedade e natureza, orientada pelo interesse público, pela soberania nacional e pela solidariedade entre os povos e as gerações. Portanto, a transição ecológica justa não é apenas uma resposta ambiental, mas parte constitutiva de um novo projeto nacional de desenvolvimento capaz de reposicionar o Brasil no mundo, fortalecer a democracia e ampliar a soberania em um cenário internacional marcado por disputas geopolíticas e crises civilizatórias.

3. O DESENVOLVIMENTO E OS LIMITES DO CAPITALISMO BRASILEIRO

“O povo brasileiro vem acumulando conquistas importantes que reafirmam a capacidade do governo Lula de melhorar concretamente a vida das pessoas e recolocar o Brasil no rumo do desenvolvimento com justiça social. Exemplos concretos são: a retirada do Brasil do Mapa da Fome, pela segunda vez, somada à redução da pobreza e desigualdade ao menor nível em 30 anos (...); chegamos também a níveis muito baixos de desemprego e uma altíssima disponibilização de vagas (...); assim como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, acompanhada dos descontos para rendas médias, representa um passo concreto na redução das desigualdades e na valorização do trabalho.”

Diretório Nacional, 6 de dezembro de 2025

O Brasil é um dos principais terrenos de disputa contemporânea entre projetos antagônicos: de um lado, o projeto rentista e antissocial de reprodução da dependência, da desigualdade e do Estado mínimo; de outro, um projeto democrático-popular que combine crescimento, distribuição de renda, reconstrução do Estado e soberania nacional. Compreender os limites do capitalismo brasileiro é condição para atualizar o Programa partidário sem perder o rumo: sem diagnóstico estrutural, não há estratégia duradoura. No mundo atual a questão da soberania nacional se expressa na reconstrução do Estado Nacional para garantir nossa independência e soberania.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo de sua história, foi marcado por padrões persistentes de superexploração do trabalho, concentração de renda e riqueza, exclusão social, dependência externa e controle oligárquico da política e das instituições estatais pelas classes dominantes. A formação dessas classes, associada à sua inserção subalterna na ordem capitalista internacional, ofereceu, aos trabalhadores e às demais camadas populares, o escravismo, a desigualdade, a dependência, a pobreza, a subordinação política, o racismo e o patriarcado. Do caráter dependente do nosso capitalismo, resulta a natureza restrita da nossa democracia. Do entreguismo constante, resulta o golpismo permanente das nossas classes dominantes.

Esses fenômenos, longe de constituírem deformações ou enfermidades do sistema brasileiro, representam sua própria lógica. Cruzam-se e sintetizam o processo permanente de barateamento da mão de obra, apropriação dos recursos estatais por grupos monopolistas, abertura indiscriminada aos fluxos internacionais de capital, desobrigação fiscal sobre o lucro capitalista, exploração predatória dos recursos naturais, privatização do público e do comum, um Estado dominado por uma minoria. São esses os caminhos pelos quais a burguesia brasileira historicamente se embrenhou para compensar

fragilidades estruturais e melhorar seu lugar na acumulação planetária de capitais. A grande “vantagem comparativa” do capitalismo brasileiro é a superexploração do nosso povo e das nossas riquezas naturais.

Esse caráter profundamente conservador das classes dominantes brasileiras tem raízes estruturais constantemente reatualizadas: o capitalismo dependente brasileiro constrange o horizonte de possibilidades do país, tornando quase um destino a sua função atual na divisão internacional do trabalho: a função primário-exportadora; ou, ainda, naturalizando as baixas taxas de crescimento do país e a dependência estrutural.

3.1. A formação histórica da estrutura econômica brasileira

O capitalismo brasileiro se constituiu de forma tardia, dependente e profundamente desigual, combinando integração subordinada ao mercado internacional e exclusão social interna. Sua matriz colonial-escravista estruturou uma forma específica de acumulação baseada na grande propriedade da terra, no controle oligárquico do Estado e na superexploração do trabalho, cujos efeitos se projetam ao longo do tempo sob diferentes configurações históricas.

A abolição formal da escravidão, em 1888, não significou a incorporação dos libertos à cidadania plena. A população negra foi privada do direito à terra, ao acesso universal à educação e, por décadas, ao próprio direito ao voto. Sem políticas de integração social, produtiva e política, os ex-escravizados foram empurrados para a precariedade urbana e rural, enquanto a estrutura fundiária e o poder político permaneceram concentrados. Essa exclusão fundacional explica a persistência das desigualdades raciais, territoriais e sociais e constitui um dos pilares mais duradouros do

subdesenvolvimento brasileiro. O subdesenvolvimento, no caso brasileiro, não resulta da ausência de capitalismo, mas de sua forma dependente, concentradora e excludente.

A Revolução de 1930 marcou a primeira grande inflexão na trajetória do Estado brasileiro. A partir desse período, o Estado passou a desempenhar papel central na organização do desenvolvimento nacional, rompendo parcialmente com o liberalismo primário-exportador e assumindo funções de planejamento, investimento e coordenação econômica. A construção de empresas estatais, a regulação do trabalho, a política industrial e a ampliação da infraestrutura criaram as bases de um processo de industrialização que alterou significativamente a estrutura produtiva do país.

Ao longo do século XX, esse papel do Estado se expressou em diferentes experiências de planejamento e desenvolvimento. O Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), no governo Dutra, o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, e o Plano Trienal, de João Goulart,

buscaram articular crescimento econômico, infraestrutura e expansão de capacidades produtivas. As Reformas de Base, no início dos anos 1960 (governo João Goulart), apontavam para a necessidade de democratizar a terra, o crédito, a educação e o sistema político, indicando que o desenvolvimento exigia transformações estruturais. A interrupção desse processo pelo golpe de 1964 revelou, mais uma vez, os limites impostos pelas elites à democratização social.

Mesmo durante a ditadura civil-militar, o Estado manteve papel ativo na condução do desenvolvimento. O Primeiro e o Segundo Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), sobretudo sob os governos Castelo Branco e Ernesto Geisel (embora o primeiro tenha sido essencialmente um liberal), promoveram a expansão da indústria pesada, da petroquímica, da siderurgia, da energia, das telecomunicações e da infraestrutura, aprofundando a industrialização e ampliando a capacidade produtiva nacional. Ainda como herança da cooperação técnico-científica entre Estados Unidos e Brasil da segunda metade dos anos 50, o governo militar também impulsionou a inovação tecnológica e formatou as bases da Embrapa e da nova agricultura de base tecnológica, que tem na indústria sucroalcooleira uma de suas principais derivações. Esses avanços, no entanto, ocorreram sem democratização política, com forte concentração de renda e crescente endividamento externo, reafirmando o caráter contraditório do desenvolvimento brasileiro. Deram base, porém, à institucionalização da inovação na Constituição Federal, em seus artigos 218 e 219, que demarcam como objetivo perene a busca da autonomia tecnológica do País, bem como possibilitaram o impulsionamento de mecanismos permanentes de financiamento nos estados, cujo melhor exemplo foi o trabalho do PT para inserir na Constituição paulista a vinculação de no mínimo 1% da receita tributária líquida estadual à Ciência e Tecnologia.

A centralidade do Estado também se manifestou na proteção do sistema financeiro em momentos de crise. O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), nos anos 1990 – ao qual o PT se opôs à época –, evidenciou que, mesmo sob a hegemonia neoliberal, o Estado foi mobilizado para preservar a estabilidade do sistema financeiro, demonstrando que a intervenção estatal nunca deixou de existir – apenas foi orientada prioritariamente para a proteção do capital financeiro, privado e público.

É de reconhecer a ambivalência do plano de estabilização econômica do País conduzido pelo conglomerado político das elites da Nova República, após mais de uma década perdida de crise de dívida, superinflação e crises monetárias e fiscal. Se os efeitos positivos da criação do Real após o duro aprendizado dos planos de estabilização anteriores, em especial do Plano Cruzado, resolveram a carência histórica brasileira de uma moeda minimamente estável e credível, a adoção integral e acrítica do receituário do Consenso de Washington produziu, de um lado, o desmonte de bens e empresas públicos em privatizações que tiveram como motivação mais a formação de novos grupos privados

monopolistas e a liquidação de passivos gerados pela valorização artificial da nova moeda. De outro lado, sobreveio a perda da função planejadora do Estado, sem o que é praticamente nula a capacidade de um país em desenvolvimento de acompanhar a evolução tecnológica mundial.

O maior exemplo do descompasso do país foi o crime de lesa pátria que representou a privatização do sistema Telebrás. Não porque ele não pudesse ou devesse ser reformado, a exemplo do que aconteceu com a Petrobras e o Banco do Brasil, que se tornaram empresas públicas de capital misto, mas porque a venda, como foi organizada pelo governo, quebrou a cadeia integrada de inovação setorial que projetou o Brasil nos anos 80/90 como um dos líderes mundiais em desenvolvimento de fibra ótica. Isso, quando se sabia sobejamente que o padrão de telefonia iria mudar radicalmente para o celular e que as redes de computadores e os protocolos de transferência de dados já eram uma realidade no meio acadêmico do mundo.

Ainda mais grave, esta atitude descompromissada com a revolução digital em gestação levou o Estado brasileiro a fechar os olhos para a importância crítica dos dispositivos semicondutores, que são a infraestrutura básica tanto da nova revolução industrial como da economia do conhecimento. Mais importante do que a propalada desindustrialização pesou negativamente a não industrialização do Brasil no passo certo da confluência de chips e softwares, campo este em que o país ainda colhe frutos diversos com o emprego de padrões abertos que alimentam estruturas vitais da Receita Federal, do SUS e do Banco Central do Brasil. Padrões abertos que, nos dias de hoje, projetam a Inteligência Artificial chinesa em contraponto com a IA das big techs americanas.

Essa trajetória histórica consolidou um capitalismo brasileiro híbrido: moderno em alguns setores, atrasado e excludente em muitos outros; capaz de gerar ilhas de prosperidade, mas incapaz de integrar o conjunto da sociedade ao desenvolvimento. O país construiu uma base industrial relevante, empresas estatais estratégicas e capacidade produtiva significativa, mas permaneceu travado pela desigualdade estrutural, pela fragilidade do mercado interno e pela dependência tecnológica e financeira externa. Nossas políticas industriais e tecnológicas, em que pesem os avanços dos governos do PT, seguem abaixo do potencial, padecendo da falta de um planejamento integrado e estratégico, com articulação interministerial coordenada e clara seleção de prioridades, nos moldes do que projetou e pretendeu a política industrial e tecnológica do governo Lula I, da qual resultaram a Lei de Inovação, a Lei do Bem e um sopro de vida na então moribunda indústria de semicondutores (PADIS), ao lado de bons resultados no campo da biotecnologia.

Essa formação histórica também explica o comportamento recorrente das elites brasileiras, que tendem a aceitar o desenvolvimento enquanto ele não ameaça privilégios, mas reagem com veto, sabotagem institucional e, em momentos decisivos, ruptura democrática diante de reformas redistributivas e projetos de soberania. No Brasil, a democratização social sempre foi vista como risco,

e não como condição do desenvolvimento.

Inserido de forma dependente na economia mundial, o Brasil oscilou entre projetos de maior autonomia e períodos de subordinação externa. Ainda assim, sua trajetória demonstra que o país nunca foi um ator irrelevante. Com base produtiva diversificada, população numerosa, recursos naturais estratégicos e capacidade estatal acumulada, o Brasil ocupa posição singular no Sul Global e reúne condições para afirmar um projeto nacional soberano. Compreender essa formação histórica é fundamental para situar o Brasil no mundo contemporâneo e para formular um projeto de desenvolvimento capaz de articular democracia, soberania e justiça social.

3.2. As raízes estruturais da desigualdade e do subdesenvolvimento

A desigualdade brasileira é estrutural e multidimensional: envolve renda, riqueza, tributação, acesso a serviços públicos, oportunidades educacionais, posição no território, discriminação racial e de gênero, e desigualdade intergeracional. Ela não é apenas “consequência” do subdesenvolvimento, sendo, em grande medida, o mecanismo que o reproduz.

A concentração de riqueza bloqueia a formação de um mercado interno dinâmico e reduz a capacidade de expansão sustentada da economia. Com classes trabalhadoras submetidas a baixos salários, precariedade e insegurança social, o país enfrenta limites crônicos à produtividade, à inovação e ao investimento. O subdesenvolvimento se retroalimenta: desigualdade reduz a coesão social, fragiliza o Estado, limita o investimento em capital humano e amplia a dependência tecnológica.

O sistema tributário brasileiro é um núcleo central dessa reprodução. A histórica predominância de tributos indiretos sobre consumo, somada à baixa tributação da renda, da riqueza, do capital e do patrimônio, transfere o peso do Estado para os trabalhadores e para os mais pobres. A consequência não é apenas injustiça distributiva: é também fragilização do investimento público e redução da capacidade do Estado de induzir crescimento, planejar infraestrutura e universalizar serviços.

A desigualdade racial e de gênero estrutura a distribuição do trabalho precário, da violência, do desemprego, da informalidade e do acesso a direitos. O capitalismo brasileiro historicamente se apoiou na desvalorização do trabalho das pessoas negras, na exploração do trabalho reprodutivo das mulheres e na marginalização territorial das periferias urbanas e das regiões historicamente abandonadas.

Em paralelo, a desigualdade territorial reforça a dependência: regiões inteiras ficam presas a economias de baixo valor agregado, com baixa infraestrutura e baixa capacidade de inovação. A ausência de uma política nacional consistente de desenvolvimento regional aprofunda desequilíbrios e alimenta ciclos de migração forçada, precariedade urbana e crise social.

Por fim, o subdesenvolvimento brasileiro também se expressa na fragilidade crônica da capacidade estatal. Um Estado pressionado por elites financeiras, capturado por interesses privados, submetido ao rentismo, e frequentemente impedido de planejar. Sem capacidade estatal, o país fica refém da oscilação externa e da chantagem interna das classes dominantes.

Esse padrão estrutural de desigualdade e dependência compromete de forma direta a capacidade do Estado brasileiro de investir e de induzir o desenvolvimento. Um Estado submetido a um sistema tributário regressivo, pressionado pelo rentismo e pela financeirização, torna-se incapaz de mobilizar recursos em escala suficiente para ampliar infraestrutura, fortalecer políticas sociais universais e sustentar uma estratégia de transformação produtiva de longo prazo. A consequência é um círculo vicioso no qual a desigualdade reduz a capacidade estatal, e a fragilidade do Estado, por sua vez, reproduz a desigualdade.

Nesse contexto, mesmo instrumentos históricos centrais do desenvolvimento nacional passam a operar aquém de seu potencial. Os bancos públicos, que deveriam desempenhar papel estratégico na ampliação do crédito produtivo, no financiamento de longo prazo e na coordenação do investimento, são frequentemente constrangidos por regras fiscais, limites operacionais e pressões políticas que restringem sua capacidade de atuação. Da mesma forma, empresas estatais estratégicas, como a Petrobras, deixam de ser plenamente utilizadas como alavancas do desenvolvimento, da inovação tecnológica, da política industrial e da soberania energética.

Ampliar a taxa de investimentos do País, que hoje se encontra em torno de 16,8% do PIB (2025), ante uma taxa de poupança de 14,4% do PIB, é o grande desafio do País nos próximos anos. Esses indicadores estão muito abaixo do nível necessário a um crescimento econômico mais expressivo. Em 2010, o governo do presidente Lula registrou um grande desempenho, com a taxa de investimento revisada do IBGE registrando 20,6% e 19,2% para a taxa de poupança em proporção do Produto Interno Bruto. Assim, o PIB do País cresceu 7,53% naquele ano, com uma inflação (IPCA) de 5,91%. Foi um feito histórico jamais alcançado, nem no passado nem nos governos sucessivos, mesmo ponderando o fato de ter havido em 2010 uma reação à queda da economia (de -0,13%) em 2009 por causa da crise financeira global iniciada em 2008.

Superar o subdesenvolvimento brasileiro exige, portanto, romper esse bloqueio estrutural à capacidade de investir. Isso implica elevar de forma sustentada a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), condição indispensável para aumentar a produtividade, modernizar a infraestrutura e expandir a base produtiva nacional. Um crescimento econômico consistente, de 5% e até mais, anualmente, não é uma meta voluntarista, mas um requisito histórico para enfrentar o atraso acumulado, gerar empregos de qualidade e sustentar políticas públicas universais.

Esse esforço de investimento e crescimento só será socialmente legítimo e politicamente sustentável se estiver articulado a um processo profundo de desconcentração da renda, da riqueza e do patrimônio. Sem redistribuição, o crescimento se esgota; sem investimento, a redistribuição se inviabiliza. Alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento depende, assim, de uma estratégia que combine expansão do investimento público e privado, fortalecimento dos instrumentos estatais de financiamento e planejamento, e enfrentamento das estruturas históricas de concentração que bloqueiam o desenvolvimento nacional.

3.3. Neoliberalismo, desindustrialização e financeirização da economia

A adoção do neoliberalismo, a partir dos anos 1990, reorganizou o capitalismo brasileiro em torno de uma promessa: estabilidade monetária e integração aos mercados globais como caminho automático para crescimento e bem-estar. O resultado foi diferente: estabilidade parcial coexistiu com baixo crescimento, fragilização produtiva e aprofundamento da dependência.

A desindustrialização precoce e a reprimarização da economia reduziram a capacidade do país de gerar empregos qualificados, dominar tecnologias estratégicas e sustentar ganhos duradouros de produtividade. Cadeias produtivas foram desarticuladas, setores industriais perderam densidade tecnológica e o Brasil passou a ocupar posição subordinada nas cadeias globais de valor, exportando majoritariamente commodities e importando bens de maior valor agregado. A reprimarização da pauta exportadora aumentou a vulnerabilidade externa. Quando os preços internacionais sobem, há alívio; quando caem, o país sofre. Essa oscilação reforça a dependência e limita o planejamento de longo prazo. Além disso, setores altamente produtivos podem coexistir com baixa distribuição de renda, pouca agregação de valor e fraca articulação com um projeto nacional.

Esse processo não foi inevitável, mas consequência direta de escolhas políticas que subordinaram o desenvolvimento nacional à lógica do mercado financeiro.

A financeirização, aprofundada no Brasil ao seguirmos o Consenso de Washington, tornou-se, assim, o princípio organizador da economia, acelerando o nocivo processo de desindustrialização do país. Taxas de juros estruturalmente elevadas, prioridade absoluta ao controle inflacionário por meio da compressão da demanda e valorização da renda financeira deslocaram recursos do investimento produtivo para a especulação. O capital financeiro passou a exercer influência crescente sobre a política econômica, sobre o sistema político e sobre a própria cultura econômica, consolidando um padrão de acumulação rentista. Seus efeitos são sentidos até hoje, especialmente pela falta de geração de empregos de alta complexidade, como fizeram China e Coreia do Sul.

Romper esse padrão exige redefinir a política macroeconômica: combinar juros estruturalmente mais baixos com um câmbio real competitivo, capaz de sustentar estratégias nacionais de investimento, recompor a infraestrutura, ampliar a absorção de tecnologia, ganhar escala e adensar cadeias produtivas, elevando a competitividade industrial e a capacidade exportadora do país.

Esse processo se expressa de forma particularmente clara na captura do fundo público. A despesa financeira com juros e serviços da dívida pública, hoje beirando R\$ 1 trilhão, consome parcela significativa do orçamento do Estado, funcionando como mecanismo permanente de transferência de renda do conjunto da sociedade para os detentores de ativos financeiros. A dívida pública, longe de ser um instrumento neutro de financiamento, converteu-se em meio de expropriação da renda nacional, concentrando riqueza e limitando a capacidade do Estado de investir em infraestrutura, políticas sociais e desenvolvimento produtivo.

A retomada de taxas mais elevadas de crescimento econômico depende do enfrentamento dos limites impostos pelo atual regime macroeconômico. Nos últimos anos, mesmo em um contexto de reconstrução nacional, o crescimento permaneceu aquém do necessário para superar nossas desigualdades estruturais. A manutenção de taxas de juros estruturalmente altas desestimula o investimento produtivo, favorece a financeirização da economia e amplia a transferência de renda para os detentores de riqueza financeira. Ao mesmo tempo, a política fiscal restritiva limita a capacidade de investimento do Estado e compromete a oferta de serviços públicos, enquanto a volatilidade cambial fragiliza a indústria nacional e dificulta o planejamento de longo prazo.

A chave para avançar está na elevação da poupança e do investimento, o que passa necessariamente pela redução estrutural das taxas de juros reais. O elevado custo da dívida pública, associado a uma política monetária excessivamente restritiva, tem comprimido a capacidade de investimento do Estado e aprofundado a transferência de renda para o sistema financeiro, reforçando a lógica rentista e limitando o desenvolvimento.

O mecanismo de expropriação se articula com a estrutura tributária regressiva brasileira, fortemente baseada em impostos indiretos sobre o consumo, que incidem proporcionalmente mais sobre a renda do trabalho. Dessa forma, a combinação entre juros elevados e tributação regressiva aprofunda a transferência de renda dos trabalhadores para o capital financeiro, reforçando a concentração de riqueza e reproduzindo desigualdades estruturais.

Tal redefinição deve estar articulada à revisão do sistema tributário brasileiro, hoje marcado por profunda regressividade e concentração de renda. É necessário avançar na tributação da riqueza, da renda e do patrimônio, corrigindo distorções históricas que fazem com que os mais pobres paguem proporcionalmente mais impostos do que os mais ricos. A construção de um sistema tributário

progressivo é condição essencial para reduzir desigualdades, ampliar a capacidade de investimento do Estado e sustentar um novo ciclo de desenvolvimento com justiça social.

A modernização do sistema financeiro deve incluir também a regulação adequada de novos setores, como plataformas digitais de apostas e instituições de pagamento. A ausência de regulação eficaz tem permitido a evasão de recursos, a ampliação da informalidade e riscos à integridade do sistema financeiro. É necessário estruturar um modelo regulatório que amplie a arrecadação, assegure transparência e submeta essas atividades ao interesse público e ao desenvolvimento nacional. No caso das bets, em particular, é preciso regular ou mesmo proibir.

Ao lado da despesa financeira, a renúncia fiscal assumiu proporções estruturais. Isenções, subsídios e desonerações concedidos sem critérios claros de eficiência econômica, impacto social ou contrapartidas produtivas representam uma forma indireta, porém profunda, de captura do orçamento público. A renúncia fiscal opera como gasto invisível, frequentemente apropriado por grandes grupos econômicos, sem induzir inovação, investimento ou geração de empregos de qualidade, ao mesmo tempo em que fragiliza a arrecadação e aprofunda a regressividade do sistema tributário.

A combinação entre juros elevados, serviço da dívida e renúncia fiscal produz um bloqueio estrutural ao desenvolvimento. O orçamento público, que deveria ser instrumento central de planejamento, coordenação do investimento e redução das desigualdades, passa a operar sob a lógica do curto prazo, da extração de renda e da barganha política. Em vez de sustentar uma estratégia nacional de desenvolvimento, o fundo público é progressivamente drenado por mecanismos que reforçam a concentração de riqueza e poder.

O neoliberalismo, portanto, não foi apenas um conjunto de políticas econômicas: foi um projeto de classe. Ele reorganizou o Estado para servir ao rentismo, reduziu a política econômica a metas fiscais e monetárias de curto prazo e tratou direitos sociais como “custo”. O resultado foi a consolidação de uma economia travada por baixa taxa de investimento, infraestrutura insuficiente, desigualdade persistente e crescente vulnerabilidade tecnológica.

A financeirização da economia não se limita aos mercados financeiros tradicionais. Ele se articula com a captura do sistema político, a fragmentação das decisões orçamentárias e a imposição de regras fiscais que restringem o investimento público, ao mesmo tempo em que preservam intocados os privilégios do capital rentista. Trata-se de um modelo que naturaliza a austeridade para a maioria e a proteção do patrimônio financeiro para poucos.

O orçamento do Estado, que deveria ser instrumento central de planejamento, coordenação do investimento e indução do crescimento, passou a ser crescentemente apropriado por interesses privados, corporativos e rentistas. A combinação entre regras fiscais restritivas, elevada despesa

financeira com juros e a fragmentação do gasto público reduziu drasticamente a capacidade do Estado de executar políticas estruturantes de longo prazo.

A ampliação da taxa de investimento exige também enfrentar os limites impostos pelo atual regime fiscal. As regras hoje vigentes restringem a capacidade do Estado de realizar investimentos estratégicos, subordinando o desenvolvimento a parâmetros que não consideram as necessidades estruturais do país. Superar esse impasse requer a construção de um novo arranjo institucional e fiscal, capaz de recompor a capacidade de investimento público, garantir previsibilidade e, ao mesmo tempo, assegurar responsabilidade macroeconômica. Isso implica revisar os limites hoje impostos ao gasto público e criar condições para que investimentos em áreas estratégicas – como infraestrutura, ciência e tecnologia, saúde e educação – possam cumprir seu papel indutor do desenvolvimento.

Nesse contexto, o orçamento deixa de cumprir sua função estratégica e passa a operar como mecanismo de extração de renda, seja por meio da remuneração do capital financeiro, seja pela pulverização de recursos em iniciativas desarticuladas, sem coordenação nacional e sem impacto estruturante sobre o desenvolvimento. A lógica do curto prazo, da barganha política e da captura localizada substitui o planejamento democrático e a racionalidade econômica do investimento público.

Superar os limites do capitalismo brasileiro exige enfrentar diretamente esse arranjo. Isso implica redefinir o papel da política monetária, reestruturar o sistema tributário, revisar de forma criteriosa as renúncias fiscais, reduzir o peso estrutural da despesa financeira e recolocar o orçamento público a serviço do investimento produtivo, da inovação, da transição ecológica e da justiça social. Sem enfrentar a financeirização, a dívida e a captura do fundo público, não há desenvolvimento soberano possível.

3.4. Os governos do PT: avanços históricos, limites estruturais e impasses

Os governos do Partido dos Trabalhadores representaram a mais profunda inflexão no padrão de desenvolvimento brasileiro desde a redemocratização. Ao reposicionar o Estado como indutor do crescimento, valorizar o salário mínimo, ampliar políticas sociais, fortalecer bancos públicos e expandir o mercado interno, os governos do PT buscaram na prática combinar estabilidade macroeconômica com inclusão social, geração de empregos e ampliação de direitos. Milhões de brasileiros saíram da pobreza, a fome foi enfrentada, o acesso à educação superior se ampliou e o país conquistou maior projeção internacional.

Esses avanços, contudo, ocorreram sem que fossem plenamente enfrentadas as estruturas históricas de concentração de renda, riqueza e poder. Reformas decisivas – como a reforma tributária

progressiva, a democratização do sistema político, a reorganização do sistema financeiro e a redefinição do papel do Estado no planejamento de longo prazo – permaneceram bloqueadas por uma correlação de forças adversa, pela resistência das elites econômicas e pela fragmentação do sistema político. A experiência demonstrou que políticas redistributivas relevantes, quando não acompanhadas de transformações estruturais, permanecem vulneráveis.

Um dos limites centrais desse período foi a intensificação do processo de captura do sistema político e do orçamento público, fenômeno que se aprofundou nos últimos anos. A proliferação de mecanismos que fragmentam a decisão orçamentária – como emendas impositivas, de bancada e de relator – deslocou parcelas crescentes do fundo público para lógicas clientelistas, corporativas e pouco transparentes, esvaziando a capacidade do Poder Executivo de planejar, coordenar investimentos e sustentar estratégias nacionais de desenvolvimento. Consolidou-se, assim, um modelo de presidencialismo tutelado, no qual governos eleitos são responsabilizados por resultados, mas privados de instrumentos efetivos de decisão.

Esse arranjo institucional fortalece o poder de grupos de interesse e do capital rentista, enfraquece a soberania popular expressa no voto e limita a capacidade do Estado de enfrentar crises, induzir crescimento e reduzir desigualdades. Ao mesmo tempo, contribui para a despolitização do debate público, para a fragmentação da ação governamental e para o descrédito das instituições democráticas.

A reação de setores das elites aos avanços promovidos pelos governos petistas revelou o caráter estrutural do conflito distributivo no Brasil. Quando políticas de inclusão social, valorização do trabalho e afirmação da soberania passaram a ameaçar privilégios históricos, a resposta foi o cerco político, a sabotagem institucional, a guerra ideológica e, em momento decisivo, a ruptura democrática de 2016. Esse processo evidenciou que a democracia brasileira permanece condicionada por elites que aceitam eleições, mas rejeitam transformações sociais mais profundas.

O retorno do presidente Lula ao governo recolocou o Brasil na rota do desenvolvimento com justiça social, em um contexto ainda mais complexo: Estado desmontado, instituições fragilizadas, economia profundamente financeirizada, crime organizado em expansão e cenário internacional mais instável. Os avanços recentes são reais e significativos, mas os limites estruturais permanecem e exigem uma estratégia mais profunda e consciente de disputa de poder.

Nesse sentido, o PT reafirma que a superação desses limites depende da construção de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de articular crescimento econômico, soberania, justiça social e democracia substantiva. Esse projeto exige a realização de reformas estruturais de caráter político, tributário, social e tecnológico, que enfrentem a concentração de poder, reorganizem o Estado

e ampliem a capacidade de investimento e planejamento.

Ao mesmo tempo, o atual ciclo de governo já aponta eixos estratégicos fundamentais dessa reconstrução: a Nova Indústria Brasil, como política de reindustrialização, inovação e agregação de valor; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como instrumento de investimento público, infraestrutura e coordenação do desenvolvimento; e a Transição Energética e Ambiental, como eixo de um novo padrão produtivo sustentável e soberano. Esses eixos não substituem as reformas estruturais, mas criam condições materiais e políticas para que elas avancem.

A ampliação dos investimentos em infraestrutura deve combinar a ação do Estado com a mobilização de recursos privados, por meio de parcerias público-privadas estruturadas, com segurança jurídica e alinhamento a objetivos nacionais. Essas parcerias devem ser orientadas pelo interesse público, garantindo qualidade dos serviços, redução de custos e ampliação da capacidade produtiva do país, especialmente em áreas como logística, energia, mobilidade e conectividade digital.

O fortalecimento das instituições públicas de financiamento é condição indispensável para sustentar esse novo ciclo de desenvolvimento. O BNDES deve atuar de forma integrada à política industrial, oferecendo crédito de longo prazo, com custos adequados e direcionado a setores estratégicos. Sua atuação deve estar articulada com outras instituições públicas, como Finep, bancos regionais e agências de inovação, formando um sistema coordenado de financiamento capaz de induzir investimentos, reduzir riscos e ampliar a complexidade produtiva da economia brasileira.

A aplicação eficiente dos recursos potencializaria o aumento da taxa de investimento do País e permitiria ao governo trabalhar com metas bem definidas em quatro áreas – habitação, saúde, educação e segurança pública. O Brasil precisa enfrentar suas carências sociais de modo ainda mais decisivo. Se temos 10 milhões de déficit de moradia, por exemplo, precisamos ampliar o Minha Casa, Minha Vida com metas mais ousadas e consistentes. Para enfrentar a carência de engenheiros e técnicos, que vem se agravando num mundo em que a China forma mais de 1 milhão de engenheiros por ano e o Brasil, menos de 90 mil, é preciso ter metas ambiciosas para a formação média, tendo como horizonte o aumento da oferta de vagas nas universidades públicas, especialmente no campo das disciplinas ligadas a Ciência e Tecnologia. O mesmo deveria ser aplicado a programas de reforço e melhoria do SUS e do combate a uma criminalidade que se sofisticou, infiltrando-se no mercado financeiro e nas instituições de Estado a partir de uma cadeia que se inicia no nível mais elementar dos crimes impunes do roubo de celulares nas cidades.

As lutas em curso em torno da tributação progressiva da renda, do enfrentamento aos privilégios fiscais, do fim da jornada 6x1, da valorização do trabalho e da democratização do sistema político – incluindo a necessidade de alterar a composição e o funcionamento do Congresso Nacional –

expressam a disputa concreta por hegemonia na sociedade brasileira. Elas são parte do processo de construção de um bloco histórico capaz de sustentar transformações profundas.

A experiência histórica demonstra que não há transformação estrutural sem maioria social organizada, sem disputa político-cultural e sem enraizamento popular. A tarefa do PT, portanto, não se limita à gestão do Estado, mas envolve a construção consciente de um bloco democrático-popular que combine ação institucional, mobilização social e projeto estratégico de longo prazo. É nessa articulação entre governo, partido e sociedade que reside a possibilidade real de superar os limites do capitalismo brasileiro e abrir caminho para um novo ciclo de desenvolvimento democrático e soberano.

3.5. Desenvolvimento e soberania nacional no século XXI

O Brasil só superará seus limites históricos com um projeto nacional de desenvolvimento soberano que enfrente, simultaneamente, desigualdade estrutural e dependência externa. Isso exige recuperar capacidade de planejamento estatal e elevar a taxa de investimento, reorganizando a economia para produzir mais, com mais valor agregado, inovação e distribuição.

O desenvolvimento brasileiro exige a reconstrução de uma capacidade ativa de planejamento por parte do Estado. Isso significa retomar seu papel como coordenador estratégico, investidor e indutor do crescimento, articulando políticas públicas, crédito, inovação e investimento privado em torno de objetivos nacionais. Não se trata de substituir o mercado, mas de orientá-lo, reduzir incertezas e criar condições para a expansão de setores estratégicos, com geração de emprego, agregação de valor e fortalecimento da soberania econômica.

A soberania no século XXI é multidimensional: produtiva, tecnológica, energética, alimentar, ambiental e digital. Países que não dominam tecnologias estratégicas e cadeias produtivas críticas tornam-se vulneráveis a choques externos, sanções, bloqueios e dependência estrutural. A soberania digital, em especial, tornou-se dimensão decisiva da democracia: dados, plataformas e infraestrutura computacional são parte da disputa de poder.

A soberania alimentar é parte constitutiva desse projeto. O Brasil possui uma das maiores capacidades agrícolas do mundo, mas essa força precisa estar articulada a um modelo de desenvolvimento que combine produção em escala com justiça social, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar. A agricultura familiar cumpre papel estratégico nesse processo, sendo responsável por parcela significativa da produção de alimentos que chegam à mesa da população, além de gerar emprego, dinamizar economias locais e contribuir para a ocupação equilibrada do território. Seu fortalecimento exige políticas públicas permanentes de crédito, assistência técnica, seguro, comercialização e acesso à terra.

Ao mesmo tempo, a agropecuária de maior escala deve estar integrada a um projeto nacional que agregue valor à produção, fortaleça a agroindústria, incorpore inovação tecnológica e respeite os limites ambientais. A combinação entre agricultura familiar, produção empresarial e desenvolvimento agroindustrial pode transformar o setor em um dos principais motores do crescimento com distribuição de renda, ampliando exportações, garantindo abastecimento interno e contribuindo para a transição para modelos produtivos mais sustentáveis. Trata-se de articular o campo ao projeto de desenvolvimento nacional, superando a dicotomia entre produção e preservação, e afirmando a soberania sobre nossos recursos naturais.

A questão alimentar, no Brasil, precisa ser tratada como dimensão central da soberania e do bem-estar da população. A volatilidade dos preços dos alimentos, fortemente influenciada por fatores externos, pela financeirização das commodities e pela dinâmica cambial, impacta diretamente o custo de vida, especialmente das camadas mais pobres. Garantir o abastecimento interno com preços estáveis é parte essencial de uma estratégia de desenvolvimento com distribuição de renda.

Nesse sentido, é papel do Estado atuar de forma ativa na regulação dos mercados, na formação de estoques estratégicos, no fortalecimento das políticas de abastecimento e no apoio à produção de alimentos. Instrumentos como compras públicas, políticas de garantia de preços mínimos, incentivo à produção de alimentos básicos e articulação entre produção e consumo são fundamentais para assegurar segurança alimentar, reduzir a vulnerabilidade a choques externos e proteger o poder de compra da população. A soberania alimentar, portanto, não é apenas uma questão produtiva, mas também uma política econômica e social estratégica.

Há um importante debate em curso envolvendo a soberania e minerais críticos. O Brasil tem ativos comprovados. É o caso de, pelo menos, três minerais críticos. O primeiro deles está bastante bem mapeado, na forma de reservas comprovadas de petróleo no valor de R\$ 1 trilhão. Há também valores expressivos, embora ainda por mapear, no caso de terras raras e de urânio, dos quais o Brasil tem reservas entre as maiores do mundo. No caso do petróleo, já hoje a empresa estatal de gestão desses ativos, a PPSA vem recebendo volumes em torno de 167 mil barris por dia de petróleo (janeiro de 2026), conforme o regime de partilha. O mesmo regime de partilha poderia ser aplicado, a partir de um novo marco legal, no caso de terras raras e urânio. Royalties e volumes de partilha são ativos concretos e tangíveis, embora de realização futura. Mas podem ser mobilizados por meio de fundos públicos que induzam investimentos privados, combinados com recursos públicos.

O Brasil tem no início de 2026 reservas externas sólidas, entre US\$ 360 bilhões e US\$ 370 bilhões; três vezes mais reservas em ouro (agora, equivalentes a US\$ 29,7 bilhões) do que em janeiro de 2025 (US\$ 11,7 bilhões) e mantém uma importante posição em termos de superávit comercial, com previsão oficial de saldo entre US\$ 70 e 90 bilhões neste ano, ante US\$ 68,3 bilhões em 2025. As

contas externas saudáveis não só impedem uma degradação econômica do país como permitem pensar na formação de um novo Fundo Soberano, após a tentativa iniciada pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega em 2008, mas dissolvida em 2018 pelo governo de Michel Temer.

A soberania no século XXI exige integração solidária: cooperação regional e multilateral, defesa da paz e regulação democrática do poder corporativo transnacional, especialmente no campo digital.

O desenvolvimento, portanto, não pode ser confundido com crescimento qualquer. Desenvolvimento implica transformação produtiva, redução de desigualdades, universalização de direitos, fortalecimento do Estado e democratização do acesso à riqueza. Implica enfrentar o rentismo, que captura o orçamento público e bloqueia investimento; implica reconstruir políticas industriais e tecnológicas; implica transição ecológica justa e soberana; e implica uma nova pactuação social fundada na centralidade do trabalho.

É a partir desse diagnóstico – e não apenas de objetivos genéricos – que o PT reafirma a necessidade de um novo projeto nacional de desenvolvimento, capaz de combinar crescimento sustentado, justiça social, democracia radical e soberania, preparando o terreno para as reformas estruturais e para a construção de um horizonte verdadeiramente democrático no Brasil.

4. O PROGRAMA DAS REFORMAS ESTRUTURAIS

“Nosso programa precisa articular o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, a transição energética justa, como motor de reindustrialização, o desenvolvimento tecnológico, a defesa de uma nova arquitetura econômica mundial democrática e multipolar e o enfrentamento ao rentismo, que concentra a renda e limita o crescimento. A soberania do país deve traduzir em políticas concretas às demandas do povo trabalhador, como emprego, distribuição da renda, segurança pública democrática, moradia, agricultura familiar, educação, formação técnica, cultura, mobilidade, proteção ambiental e regulação das big techs, reafirmando o papel histórico do PT como principal força transformadora do Brasil e liderança progressista da América Latina.”

“Ao mesmo tempo, o Programa partidário deve reafirmar o papel do Estado como indutor do bem-estar social, da segurança pública democrática, da proteção do trabalho, da soberania digital e da garantia de direitos. O PT deve responder à regressão social proposta pela direita, contendo a privatização das estatais, bancos públicos, saúde, educação e previdência, com uma agenda de fortalecimento e democratização dos serviços públicos, investimentos na inovação e na qualidade e excelência dos serviços e de ampliação das políticas sociais.”

Diretório Nacional, 6 de dezembro de 2025

A atualização do Programa do Partido dos Trabalhadores exige reconhecer que a crise contemporânea não é apenas econômica, mas política, institucional e civilizatória. O desafio colocado ao PT não se limita à disputa eleitoral ou à gestão do Estado em condições adversas; trata-se de reconstruir a capacidade estratégica da classe trabalhadora para disputar os rumos do desenvolvimento, da democracia e da soberania nacional em um contexto de financeirização, regressão democrática e reorganização global do capitalismo.

O Programa partidário deve, portanto, cumprir uma função estratégica: organizar a luta social e política em torno de um projeto histórico, articulando diagnóstico, horizonte e ação. Ele não substitui a tática eleitoral nem o programa de governo, mas os orienta, oferecendo coerência de longo prazo e identidade política.

4.1. Estratégia democrática-popular e centralidade das classes trabalhadoras: fortalecendo os sujeitos da mudança

A estratégia do Partido dos Trabalhadores permanece ancorada na construção de um bloco democrático-popular, liderado pela classe trabalhadora em sua diversidade contemporânea.

Trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, do campo e da cidade, da indústria, dos serviços e das plataformas digitais; cientistas, pesquisadores, educadores e tecnólogos; trabalhadores da cultura e cuidadores; mulheres, população negra, juventude, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas LGBTQIA+, moradores das periferias e setores médios submetidos à precarização, ao endividamento e à insegurança social constituem a base social da transformação democrática e popular no Brasil.

Esses sujeitos não são apenas destinatários de políticas públicas ou aliados circunstanciais de projetos eleitorais, mas protagonistas históricos da mudança, portadores de interesses objetivos e experiências concretas de exploração, opressão e resistência. Fortalecer os sujeitos da mudança significa ampliar sua capacidade de organização, consciência e intervenção política, transformando lutas fragmentadas em força social capaz de disputar hegemonia na sociedade.

A fragmentação do mundo do trabalho, intensificada pelo neoliberalismo, pela reestruturação produtiva e pela plataformização não elimina a centralidade das classes trabalhadoras, mas reconfigura suas formas de existência, de consciência e de luta. O trabalho assalariado clássico convive hoje com o trabalho informal, precarizado, intermitente e mediado por plataformas digitais. A exploração direta do trabalho se combina com mecanismos de controle baseados no endividamento, na insegurança permanente, na captura do tempo de vida e na desproteção social.

Diante desse cenário, a tarefa estratégica do PT é reconstruir vínculos políticos e organizativos capazes de unificar essa diversidade, sem apagar diferenças, mas articulando-as em torno de um projeto comum. Isso exige novas formas de organização popular, sindical e territorial; novas linguagens políticas; novos instrumentos de formação e comunicação; uma prática partidária enraizada no cotidiano das classes populares.

Fortalecer os sujeitos da mudança implica investir na auto-organização social, no fortalecimento dos movimentos sociais, sindicais, populares, estudantis, feministas, antirracistas, ambientais e territoriais, reconhecendo-os como parte constitutiva do projeto democrático-popular. Além das intensas mudanças, a classe trabalhadora enfrenta um enfraquecimento dos sindicatos. A desindustrialização, a expansão do agronegócio e dos serviços, somadas à precarização do mercado laboral, apontam para uma configuração distinta daquela existente na fundação do PT. Mas um fato permanece estável: a acumulação privada se dá com base no excedente produzido pelos que labutam. Isso significa dizer que o fundamento da luta de classes não se alterou, ainda que filtrado por relações de exploração distintas.

O PT não substitui esses sujeitos nem fala em seu nome: ele atua como instrumento político de articulação, expressão e amplificação de suas lutas e aspirações.

A construção de maiorias democráticas exige mais do que alianças eleitorais. Ela depende da acumulação social de forças, da elevação do nível de consciência política, da disputa cultural e da organização permanente. As alianças táticas necessárias à defesa da democracia e à derrota da extrema-direita não podem ser confundidas com diluição programática nem com abandono do horizonte antineoliberal e socialista democrático do PT. A construção desta maioria depende, também, do fortalecimento econômico das classes e frações que possam materializar esta alteração da correlação de forças no sentido da estabilização de um longo ciclo de distribuição de renda e consolidação de direitos e da democracia.

A autonomia estratégica do PT é condição para que a democracia não se reduza a um arranjo institucional frágil, vulnerável à captura pelo poder econômico e pelo rentismo. Somente com sujeitos sociais organizados, conscientes e protagonistas será possível sustentar reformas estruturais, enfrentar os interesses da reação e avançar na construção de um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social, soberania e democracia radical.

Fortalecer os sujeitos da mudança é, portanto, a tarefa estratégica central do PT no século XXI. É a partir deles – e com eles – que o partido constrói seu programa, define sua estratégia e projeta seu horizonte histórico.

A experiência histórica brasileira demonstra que o projeto democrático-popular não se sustenta apenas pela soma dos setores explorados. A resposta à questão nacional e democrática exige a construção de um bloco histórico hegemônico capaz de articular as classes trabalhadoras organizadas com setores médios, intelectuais, científicos, culturais e empresariais comprometidos com a democracia, a soberania nacional e o desenvolvimento. Sem essa articulação, o projeto popular permanece socialmente forte, mas politicamente vulnerável.

A definição da estratégia democrática-popular exige uma avaliação rigorosa da correlação real de forças na sociedade brasileira. É necessário reconhecer que o avanço da extrema-direita não eliminou a existência de setores liberais comprometidos, ainda que de forma limitada, com a legalidade constitucional e com a estabilidade democrática. A distinção entre extrema-direita autoritária e direita liberal é decisiva para a tática política, ainda que não elimine as divergências estruturais em torno do modelo de desenvolvimento, da distribuição de renda e do papel do Estado.

A construção de alianças táticas em defesa da democracia e da soberania nacional não substitui o horizonte estratégico do projeto democrático-popular, nem implica diluição programática. Ao contrário, parte da compreensão de que a transformação estrutural exige acumulação social e política de forças. Avaliar se existem setores empresariais dispostos a um projeto nacional de desenvolvimento, medir nossa própria capacidade organizativa e reconhecer os limites e possibilidades do momento

histórico são condições para que a estratégia não se confunda com voluntarismo, nem com adaptação passiva à ordem vigente.

As alianças políticas não são neutras. O PT distingue alianças táticas eleitorais, necessárias para derrotar a extrema-direita autoritária, de alianças estratégicas, vinculadas à defesa da soberania, da democracia e de um projeto nacional de desenvolvimento. A extrema-direita é inimiga aberta da democracia. Já setores da direita liberal e democrática podem, em determinados contextos, compartilhar convergências na defesa da legalidade constitucional e da soberania nacional – sem que isso implique diluição programática ou subordinação estratégica do projeto democrático-popular.

A disputa central do nosso tempo é uma disputa de hegemonia. Ela se dá no terreno econômico, institucional, cultural e simbólico. Construir maiorias democráticas duradouras exige organização social, formação política, comunicação popular e presença cotidiana do Partido nos territórios, nos locais de trabalho, nas escolas, universidades, no campo e nas novas formas de trabalho. Sem hegemonia social, não há reforma estrutural sustentável.

4.2. Derrotar os sujeitos da reação e enfrentar o bloco rentista-autoritário

O avanço de um projeto democrático-popular no Brasil exige identificar quem são os sujeitos da reação, quais interesses representam e quais mecanismos utilizam para bloquear a transformação social. Não se trata de adversários circunstanciais, mas de um bloco histórico de poder que articula interesses econômicos, controle institucional e hegemonia ideológica para preservar privilégios e impedir reformas estruturais.

No centro desse bloco encontra-se o capital rentista-financeiro, que se consolidou como fração hegemônica das classes dominantes brasileiras. Seu poder se expressa na captura da política macroeconômica, na imposição de juros elevados, na drenagem permanente de recursos do orçamento público e na subordinação do Estado a uma lógica de curto prazo voltada à preservação da renda financeira. O rentismo é estruturalmente antidesenvolvimentista, pois bloqueia o investimento produtivo, fragiliza a indústria, aprofunda desigualdades e reduz a capacidade de planejamento do Estado.

Esse bloco rentista articula-se a setores do grande capital improdutivo, do agronegócio predatório, de oligopólios privados e de grupos econômicos que dependem da desregulamentação ambiental, da precarização do trabalho e da privatização de bens públicos. Trata-se de um capitalismo sem projeto nacional, que se contenta com a exportação primária, a especulação financeira e a captura de rendas, mesmo ao custo da estagnação econômica e da regressão social.

As privatizações constituem uma forma contemporânea de expropriação da renda do trabalhador. Ao privatizar serviços públicos essenciais, o Estado não reduz o custo social, ele o transfere. O trabalhador continua pagando impostos, mas passa também a pagar diretamente, no mercado, por serviços que antes eram direitos – saúde, educação, energia, transporte, segurança, lazer e cultura. Trata-se de um sequestro permanente da renda popular, que aprofunda desigualdades, fragiliza a cidadania e converte direitos sociais em mercadorias.

No plano político, esse projeto se sustenta por meio de um sistema institucional deformado, no qual a captura do orçamento, o sequestro do presidencialismo, o poder excessivo do dinheiro e a fragmentação do sistema partidário produzem paralisia decisória, chantagem permanente e desgaste da democracia. A democracia é tolerada apenas enquanto não ameaça privilégios; quando reformas redistributivas avançam, o bloco da reação recorre à sabotagem, ao *lawfare*, à desinformação e, em momentos decisivos, à ruptura institucional.

A extrema-direita contemporânea atua como expressão política e ideológica desse bloco, ainda que mobilize uma base social heterogênea. Seu projeto combina neoliberalismo radical, autoritarismo, conservadorismo moral e negação de direitos, utilizando o medo, o ressentimento e a desinformação como instrumentos de mobilização. Diferentemente do fascismo clássico, a extrema-direita atual não rompe com o mercado: ela radicaliza o mercado contra a democracia, transformando o Estado em instrumento de repressão social e privatização permanente.

A força da extrema-direita não se explica apenas por manipulação ou ignorância; ela se alimenta da insegurança social produzida pelo neoliberalismo, da precarização do trabalho, do endividamento das famílias, da crise de representação política e da ausência de perspectivas de futuro. Combatê-la exige, portanto, mais do que derrotá-la eleitoralmente: exige enfrentar suas bases materiais de sustentação e difundir valores humanistas, democráticos e socialistas.

Derrotar os sujeitos da reação é condição para fortalecer os sujeitos da mudança. Sem enfrentar o rentismo, a captura do orçamento, o autoritarismo institucional e a hegemonia ideológica conservadora, qualquer projeto democrático-popular permanecerá limitado, instável e vulnerável à sabotagem. A disputa central do nosso tempo é entre um projeto de sociedade baseado na financeirização, na desigualdade e na regressão democrática, e outro fundado no trabalho, na igualdade, na soberania e na democracia substantiva.

É fundamental distinguir, no interior do campo conservador, a direita liberal – que aceita formalmente a democracia, ainda que subordinada ao mercado – da extrema-direita autoritária, articulada em nível mundial sob a liderança do governo Trump e a extrema-direita europeia, que nega direitos, flerta com a ruptura institucional e mobiliza o ódio como método político. Essa distinção não

elimina o conflito estratégico com a direita liberal, mas é decisiva para a tática democrática e para a construção de maiorias em defesa da soberania nacional e da Constituição.

Cabe ao PT liderar essa disputa com clareza estratégica, articulando mobilização social, disputa cultural, ação institucional e construção de maiorias democráticas conscientes. A derrota dos sujeitos da reação não é um fim em si mesma, mas uma condição histórica para abrir caminho à transformação estrutural da sociedade brasileira.

4.3. O papel do Estado e a reconstrução da capacidade de planejamento

O Estado ocupa posição decisiva na disputa entre projetos de sociedade no Brasil. Ele não é um instrumento neutro, tampouco um simples mediador técnico entre interesses divergentes. Historicamente, o Estado brasileiro foi moldado como espaço de mediação assimétrica, no qual as classes dominantes exercem controle estrutural sobre decisões econômicas, fiscais, territoriais e institucionais, ao mesmo tempo em que restringiram a participação efetiva da maioria da população nos rumos do desenvolvimento.

Desde a formação do Estado nacional, sua atuação esteve marcada por uma contradição permanente: foi utilizado como instrumento de modernização econômica e integração subordinada ao capitalismo internacional, mas raramente como mecanismo de democratização social profunda. A expansão do Estado ocorreu sem ruptura com o poder oligárquico, com a concentração fundiária, com o racismo estrutural e com a exclusão das maiorias populares. Essa contradição explica por que, no Brasil, o Estado pode ser grande sem ser democrático, forte sem ser redistributivo e ativo sem ser popular.

Reconstruir a capacidade estratégica do Estado sob nova perspectiva é uma tarefa central do projeto democrático-popular. Não se trata apenas de melhorar a eficiência da gestão pública ou de aperfeiçoar mecanismos administrativos, mas de recolocar o Estado a serviço de um projeto histórico de transformação, orientado pela centralidade do trabalho, pela redução das desigualdades e pela soberania nacional. Se reconhecemos que o Estado tem caráter de classe, desenhado e construído para a reprodução do poder dos dominantes e mais ricos, é preciso entender que reconstruir sua capacidade de desenvolvimento transita por transformar sua base autoritária através de uma reforma democrática onde valores da participação, da distribuição e do investimento social sejam fundamentos estruturais e não somente políticas e programas.

Essa reconstrução exige recuperar o planejamento como função política estratégica. Planejar não é tecnocracia. É decidir, democraticamente, prioridades nacionais; é coordenar políticas

econômicas, sociais, territoriais e ambientais; é orientar o investimento público e privado em função de objetivos coletivos.

A reconstrução da capacidade estratégica do Estado nacional, contudo, não se limita às dimensões econômicas, sociais e administrativas do planejamento público. Ela envolve, de forma indissociável, a afirmação da soberania nacional em todas as suas dimensões – política, territorial, tecnológica e institucional – incluindo a política de Defesa, o papel das Forças Armadas e sua subordinação plena ao projeto democrático de desenvolvimento.

A Defesa nacional é dimensão constitutiva da soberania e da democracia e deve ser tratada como política de Estado, subordinada ao poder civil e plenamente alinhada aos princípios consagrados na Constituição de 1988. A reconstrução da capacidade estratégica do Estado brasileiro exige enfrentar, de forma democrática e republicana, a agenda da reforma e da modernização das Forças Armadas, superando em definitivo o entulho autoritário, a tutela militar sobre a política e qualquer pretensão de papel moderador incompatível com o regime democrático.

As Forças Armadas devem cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território e dos interesses estratégicos do país, sem interferência na vida política e institucional e com plena subordinação ao poder civil democrático. Ao mesmo tempo, a política de Defesa deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, articulando soberania, ciência, tecnologia e base industrial de Defesa, como vetor de inovação, absorção tecnológica, geração de empregos qualificados e autonomia estratégica.

As Forças Armadas do século XXI precisam, antes de tudo, de autonomia e soberania científica e tecnológica, de uma indústria nacional desenvolvida e de uma Base Industrial de Defesa nacional, capaz de desenvolver e dominar tecnologias avançadas de defesa cibernética, aeroespacial e de dissuasão, assegurando a proteção efetiva de nossas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas.

A modernização da Defesa nacional deve estar orientada pela cooperação internacional, pela integração sul-americana, pela defesa da paz, do multilateralismo e da solução negociada dos conflitos, rejeitando alinhamentos automáticos e reafirmando o compromisso do Brasil com uma inserção internacional soberana, democrática e comprometida com a estabilidade regional e global. O processo de formação técnica nas Forças Armadas deve ser capítulo central em nessa estratégia de desenvolvimento nacional. Deve estar baseada nos preceitos da soberania, do constitucionalismo e do desenvolvimento e inovação tecnológica. Reafirmando-se, de forma a não deixar dúvidas, que sua missão é exclusivamente a defesa da Pátria, da soberania nacional e a garantia da lei e da ordem em situações de grave ameaça à segurança pública, sempre sob autoridade civil e em estrita submissão à ordem democrática.

O Estado democrático que o PT defende não substitui os sujeitos da mudança, nem neutraliza o conflito social. Ao contrário, ele deve potencializar a capacidade de organização e luta da classe trabalhadora, criando condições materiais para sua autonomia política. Políticas públicas universais, investimento em infraestrutura social, proteção do trabalho, fortalecimento dos serviços públicos e democratização do acesso à riqueza são formas concretas de fortalecer os sujeitos da mudança.

Ao mesmo tempo, sem sujeitos organizados, conscientes e mobilizados, o Estado democrático permanece vulnerável à captura. A relação entre Estado e sociedade é dialética: não há Estado transformador sem base social organizada; não há base social fortalecida sem Estado comprometido com a transformação. Essa é uma lição central da experiência histórica brasileira e internacional.

Reafirmar o papel estratégico do Estado é, portanto, reafirmar a democracia como processo material, social e político, e não apenas como forma institucional. É enfrentar o rentismo, desmontar os mecanismos de captura do orçamento, reconstruir a capacidade de planejamento e devolver à soberania popular sua dimensão concreta.

Sem esse enfrentamento, qualquer projeto democrático-popular estará condenado à defensiva permanente. Com ele, abre-se a possibilidade real de sustentar reformas estruturais, ampliar direitos e avançar na construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

4.4. Reformas estruturais como condição da democracia substantiva

Fundamentais para a promoção da necessária revolução política e social, as reformas estruturais ocupam lugar central na estratégia democrática-popular do Partido dos Trabalhadores porque expressam, de forma concreta, a disputa entre projetos antagônicos de sociedade. No Brasil, a democracia foi construída sem que se alterassem de maneira profunda as estruturas de concentração de renda, de poder econômico, de propriedade da terra e de controle do sistema político. Essa dissociação histórica entre democracia formal e desigualdade estrutural produziu um regime permanentemente instável, vulnerável à captura pelo poder econômico e à regressão autoritária.

A experiência brasileira demonstra que não há democracia sustentável sem transformação material da sociedade. Quando direitos políticos avançam sem redistribuição efetiva de renda, de poder e de oportunidades, amplia-se a frustração social e se enfraquece a confiança nas instituições. Esse descompasso cria terreno fértil para a ofensiva autoritária e para a extrema-direita, que explora o ressentimento social oferecendo falsas soluções regressivas para problemas estruturais.

As reformas estruturais não podem ser tratadas como um conjunto disperso de medidas técnicas ou setoriais. Elas devem ser compreendidas como parte de um projeto nacional de desenvolvimento,

orientado por objetivos estratégicos claros e sustentado por uma correlação de forças capaz de enfrentar privilégios historicamente consolidados. Reformar, no Brasil, significa deslocar poder, reorganizar o Estado e sustentar mudanças com mobilização social e legitimidade democrática.

É a partir dessa compreensão que o PT afirma as seguintes diretrizes estruturais de reforma, como parte inseparável do projeto democrático-popular. Elas se organizam a partir de três eixos centrais do projeto nacional de desenvolvimento, já em curso no governo Lula 3:

1. **Reconstrução do papel do Estado como indutor do desenvolvimento**, por meio do fortalecimento do investimento público, do planejamento, da participação social e das políticas estruturantes, e da superação de seus pressupostos autoritários e elitistas;
2. **Retomada do crescimento econômico com distribuição de renda, riqueza e patrimônio**, enfrentando o rentismo e ampliando direitos;
3. **Transição produtiva, tecnológica e ambiental**, orientada pela sustentabilidade e pela soberania nacional.

Importante dizer que, no entendimento do PT, cabe ao Estado nacional o monopólio do planejamento e a execução de diretrizes políticas voltadas para o desenvolvimento com equidade; incumbe à livre iniciativa individual, bem como ao planejamento dos agentes públicos, criar, gerir e multiplicar os instrumentos e empreendimentos vivos da economia com poupança privada e pública; e cabe ao planejador público a tarefa superior de promover a indução da taxa de investimento em proporção do PIB, com especial ênfase em transição energética e preservação do meio ambiente.

O enfrentamento à corrupção deve ser tratado como parte da construção de um Estado democrático, transparente e orientado pelo interesse público, e não como instrumento de disputa política ou de criminalização seletiva. O combate à corrupção exige instituições fortes, mecanismos eficazes de controle, transparência e participação social, mas também o respeito ao devido processo legal, às garantias constitucionais e à imparcialidade das instituições. A experiência recente do país demonstrou que o uso político do sistema de justiça fragiliza a democracia, compromete a credibilidade das instituições e pode ser tão nocivo quanto as práticas que pretende combater.

Nesse sentido, o fortalecimento dos órgãos de controle deve caminhar junto com a democratização e a reforma do Poder Judiciário, assegurando maior transparência, responsabilidade institucional e compromisso com a Constituição. É necessário superar práticas de exceção, enfrentar privilégios corporativos e construir um sistema de justiça que atue com equilíbrio, previsibilidade e respeito aos direitos, contribuindo para a estabilidade institucional, a segurança jurídica e a defesa do interesse público.

Os três eixos mencionados se materializam, no plano estrutural, em seis reformas decisivas, sem as quais o projeto democrático-popular permanecerá bloqueado:

a) Reforma política, capaz de democratizar o poder e restituir a soberania popular;

b) Reforma tributária, para corrigir distorções graves do sistema de impostos e financiar direitos;

c) Reforma do sistema financeiro, de modo a enfrentar o rentismo e ampliar a regulação, supervisão e transparência do mercado financeiro, fortalecendo os instrumentos de controle público e prevenindo riscos, especialmente à luz das lições deixadas pelo caso Master;

d) Reforma tecnológica, com vistas à soberania produtiva, científica e digital;

e) Reforma do Poder Judiciário, visando à democratização, mecanismos de autocorreção e fortalecimento do Estado de Direito; e

f) Reforma administrativa, que permita a reconstrução do Estado brasileiro e fortalecimento da capacidade pública.

Essas reformas estruturantes organizam o núcleo estratégico do projeto nacional. As demais políticas e reformas, listadas adiante, se articulam a esses eixos, reforçando sua viabilidade histórica.

Reforma Política: democratizar o poder e restituir a soberania popular

- Implantação do voto em lista partidária, fortalecendo programas, partidos e a representação coletiva;
- Fortalecimento da fidelidade partidária e da cláusula de desempenho;
- Paridade de gênero e cotas raciais no sistema eleitoral e partidário
- Revisão da composição da Câmara dos Deputados, com fim do piso mínimo de 8 deputados e manutenção do teto de 70, assegurando proporcionalidade direta à população de cada Estado da Federação;
- Preservação do pacto federativo, com atualização da legislação para permitir sua ampliação e fortalecimento;
- Redução estrutural do poder do dinheiro nas eleições e fortalecimento da soberania do voto popular;
- Reequilibrar a relação entre voto, governo e orçamento, combatendo o caráter atual das

emendas parlamentares impositivas, que levam ao sequestro do presidencialismo e a fragmentação orçamentária que bloqueia a ação de governos eleitos;

- Fortalecer os partidos políticos como instrumentos de representação programática, reduzindo o fisiologismo, o personalismo e os mecanismos de veto permanente;
- Ampliar e institucionalizar mecanismos de democracia participativa, controle social e participação popular na formulação, execução e fiscalização das políticas públicas;
- Garantir transparência, controle público e responsabilidade democrática sobre o uso dos recursos orçamentários;
- Orçamento Participativo Nacional permanente
- Reformar a Constituição Federal no sentido de fortalecer a democracia, o Estado Democrático de Direito e o papel técnico e subordinado das Forças Armadas, por meio da reafirmação da natureza democrática dos institutos do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, da insuscetibilidade de graça, anistia e indulto a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e os crimes contra o Estado Democrático de Direito e reafirmar a submissão das Forças Armadas ao regime democrático, estabelecendo limites claros e mecanismos de controle em conformidade com a Constituição e a ordem democrática.
- Fortalecimento e a reformulação do papel das Forças Armadas, com sua dedicação exclusiva à defesa nacional e a programas de integração territorial. Nesse sentido, é imprescindível a aplicação de todas as recomendações prescritas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no seu relatório final apresentado em 2014, no tocante à reversão das heranças da Ditadura Militar (1964-1985), em especial a punição dos torturadores; a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura; a reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento dos preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos; a reforma dos currículos das academias militares e policiais, com a mesma finalidade; a revogação da Lei de Segurança Nacional. A punição dos militares envolvidos na Intentona de 8 de janeiro de 2023 é um passo importante, mas muito mais precisa ser feito para que o Brasil disponha de forças armadas realmente a serviço do povo brasileiro.

Reforma Tributária: corrigir distorções e financiar direitos

- Tributação progressiva da renda, do patrimônio, de grandes fortunas, heranças, lucros e dividendos;
- Redução da carga tributária sobre trabalho e consumo;
- Reorientar a política macroeconômica para sustentar o desenvolvimento: juros baixos e câmbio real competitivo, articulados a crédito de longo prazo, investimento em infraestrutura, absorção tecnológica, ganho de escala e adensamento das cadeias industriais, com expansão das exportações;
- Tributação sobre lucros e dividendos;
- Adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF);
- Revisão da tabela do Imposto de Renda sobre pessoas físicas, com ampliação progressiva das faixas de contribuição;
- Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios.

Reforma do sistema financeiro: enfrentar o rentismo e ampliar a regulação, supervisão e transparência

- Enfrentamento estrutural do rentismo, dos juros elevados e da dívida como instrumento de expropriação;
- Fortalecimento dos bancos públicos como instrumentos de desenvolvimento;
- Reorientar o sistema financeiro para o financiamento do desenvolvimento, da inovação e da reindustrialização;
- Redefinir os objetivos do Banco Central, incorporando, além do controle inflacionário, metas de crescimento, emprego e estabilidade financeira;
- Revisar o regime de metas de inflação, incluindo a meta vigente de 3%, de forma a compatibilizá-lo com os objetivos de crescimento econômico, geração de emprego e desenvolvimento produtivo;
- Harmonizar o mandato da direção do Banco Central com o do Presidente da República, assegurando maior coordenação entre política monetária, fiscal e de desenvolvimento;
- Reformar a composição e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional (CMN),

ampliando sua representatividade e alinhando suas decisões a um projeto de desenvolvimento nacional;

- Meta estrutural de juros abaixo de 10%;
- Ampliar a regulação e a supervisão do sistema financeiro, fortalecendo os instrumentos de controle público e prevenindo riscos sistêmicos;
- Aperfeiçoar mecanismos de transparência, governança e responsabilização no sistema financeiro;
- Reforçar a supervisão sobre instituições financeiras, à luz de episódios recentes como o caso do Banco Master, prevenindo práticas abusivas, riscos à estabilidade econômica;
- Enfrentar a concentração bancária, estimulando maior concorrência e diversidade de instituições financeiras;
- Reduzir estruturalmente o custo do crédito, ampliando o acesso ao financiamento para famílias, pequenas e médias empresas e setores produtivos;
- Fortalecer o papel dos bancos públicos como instrumentos de crédito de longo prazo e políticas anticíclicas;
- Ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos;
- Criação de uma agência de proteção aos direitos do consumidor de produtos financeiros.

Reforma Tecnológica: soberania produtiva, científica e digital

- Implementação de um plano nacional de desenvolvimento;
- Definição de metas e meios para o crescimento da economia por meio de um plano decenal, que tenha como principal objetivo a recuperação da indústria brasileira e a renovação da infraestrutura do país, levando em conta todas as diretrizes ambientais e sociais, o que exigirá enfrentar o extrativismo presente nas mineradoras e no agronegócio;
- Regionalização do desenvolvimento a partir de planos para o Norte e o Nordeste do país;
- Reconstrução de uma política industrial e tecnológica ativa, orientada pelo Estado, voltada à reindustrialização, à inovação e à agregação de valor à produção nacional;

- Articulação entre política industrial, ciência e tecnologia, educação e financiamento público;
- Redução da dependência tecnológica externa e fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas;
- Seleção de prioridades de políticas de inovação em setores que perpassam horizontalmente a produção, o conhecimento e a produção cultural, a exemplo de semicondutores, software e Inteligência Artificial; fármacos, medicamentos, vacinas e derivados biotecnológicos que promovam saúde pública e bem-estar individual;
- Integração entre política industrial e transição ecológica, promovendo a neointustrialização verde, a inovação e o desenvolvimento regional equilibrado;
- Afirmação da soberania tecnológica e digital como dimensão central da democracia no século XXI;
- Infraestrutura nacional de dados e IA;
- Regulação democrática das big techs;
- Uso de software livre na administração pública
- Fazer valer o controle acionário da Petrobras pela União, retomando o papel da estatal como parte essencial da estratégia nacional de desenvolvimento, da política industrial que valoriza o conteúdo nacional, e da transição energética;
- Recomposição do regime de partilha, com a participação obrigatória da Petrobras nas explorações do Pré-Sal;
- Reorganização do sistema nacional de energia, retomando o papel do Estado na formulação e regulação do setor energético;
- Desenvolvimento regional deve ser tratado como política estrutural de Estado, e não como ação compensatória. Nesse sentido, é fundamental fortalecer o papel das superintendências como instrumento estratégico de planejamento, coordenação e indução do desenvolvimento produtivo no Nordeste/Norte, articulando políticas industriais, tecnológicas, ambientais e de infraestrutura.

Reforma do Poder Judiciário: democratização da Justiça e fortalecimento do Estado de Direito

- Ampliar a transparência e o controle público sobre o Poder Judiciário, fortalecendo mecanismos de fiscalização e accountability;

- Aprofundar mecanismos para democratizar o acesso à Justiça, reduzindo desigualdades e garantindo efetividade na prestação jurisdicional;
- Revisar privilégios corporativos e assegurar maior isonomia no funcionamento das instituições judiciais;
- Estabelecer mecanismos que reforcem o compromisso do Judiciário com a Constituição, o Estado de Direito e a soberania popular;
- Reduzir a morosidade judicial e aumentar a eficiência na tramitação dos processos;
- Estimular mecanismos de mediação, conciliação e resolução extrajudicial de conflitos;
- Enfrentar a hiperjudicialização da vida política e econômica;
- Instituir e aperfeiçoar códigos de ética e conduta no âmbito das cortes superiores, inclusive no Supremo Tribunal Federal, assegurando padrões claros de integridade, transparência e responsabilidade institucional;
- Fortalecer mecanismos internos de autocorreção e responsabilização no Judiciário, preservando sua autonomia, mas garantindo controle republicano e confiança pública.

Reforma administrativa: reconstrução do Estado e fortalecimento da capacidade pública

- Fortalecer a capacidade de planejamento, coordenação e execução do Estado;
- Valorizar o serviço público, com qualificação das carreiras, formação continuada e melhoria das condições de trabalho;
- Modernizar a gestão pública, com foco em eficiência, inovação e qualidade dos serviços prestados à população;
- Reforçar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Combater a fragmentação institucional e melhorar a articulação entre órgãos e políticas públicas;
- Ampliar a transparência, o controle social e os mecanismos de participação na gestão pública;
- Prevenir a captura do Estado por interesses privados, assegurando seu caráter público e republicano.

Nesse marco estratégico, a **Educação** ocupa papel estruturante no projeto democrático-popular de desenvolvimento e constitui a base material indispensável da reforma tecnológica, sem a qual não há soberania nacional, reindustrialização, transição ecológica nem redução sustentável das desigualdades. As três grandes reformas que orientam o projeto nacional – política, tributária e tecnológica – dependem, em última instância, da capacidade do Estado brasileiro de formar cidadãos críticos, trabalhadores qualificados, técnicos, pesquisadores e quadros públicos capazes de sustentar um novo padrão de desenvolvimento. Sem educação pública de qualidade, a reforma tecnológica se converte em dependência externa; a reforma tributária perde legitimidade social; e a reforma política se esvazia, pois não se sustenta sem cidadania ativa e consciência democrática.

Por isso, a educação deve ser tratada como investimento estratégico de longo prazo. A reconstrução da capacidade de investimento do Estado – objetivo central da reforma tributária e financeira – é condição para assegurar financiamento estável à educação pública em todos os níveis. A prioridade à primeira infância, à alfabetização na idade certa, à melhoria do aprendizado no ensino básico e à valorização dos profissionais da educação é decisiva para romper o ciclo intergeracional de desigualdade e ampliar a base social da democracia. Não há desenvolvimento tecnológico possível em um país marcado pelo fracasso escolar, pela evasão e pela desigualdade educacional territorial, racial e social.

Além da valorização profissional e salarial, é fundamental enfrentar dois problemas estruturais que limitam a qualidade da educação no país: a inadequação dos currículos às demandas contemporâneas de formação crítica, científica e tecnológica, e a fragilidade das políticas de formação inicial e continuada dos professores. A atualização curricular e o fortalecimento da formação docente permanente são condições indispensáveis para garantir qualidade educacional, reduzir desigualdades e preparar as novas gerações para os desafios do desenvolvimento nacional.

Do mesmo modo, a expansão e o fortalecimento do ensino superior público, das universidades federais e dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia são pilares diretos da reforma tecnológica e do projeto nacional de desenvolvimento. Esses sistemas concentram a produção científica, a inovação, a formação técnica e o pensamento crítico necessários à reindustrialização, à transição energética e ambiental, à soberania digital e ao desenvolvimento regional. A experiência dos governos do PT demonstrou que ampliar o acesso ao ensino superior público, com políticas de inclusão social, não apenas democratiza oportunidades, mas eleva a capacidade nacional de produzir conhecimento, tecnologia e inovação. O PT defende ainda o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, com investimentos de 10% do PIB nas redes públicas de ensino, ampliação permanente e substancial do investimento em ciência e tecnologia, regulação do setor privado de ensino, e

valorização da carreira de professor, do ensino básico ao magistério superior.

A centralidade das reformas mencionadas acima não elimina a necessidade de avançar, de forma articulada, em outras reformas estruturais fundamentais. Entre elas está a **Reforma Agrária e Territorial**, com a recuperação da capacidade pública de gerenciar a ocupação do território nacional, sob os interesses da grande maioria. É preciso agir na direção de maior democratização do acesso às terras agrícolas, enfrentando com maior eficiência e tempestividade a grilagem de terras, a violência no campo e a destruição do patrimônio ambiental e o uso exclusivo da terra para especulação financeira. É necessário que sejam preservados os interesses de povos originários, de quilombolas e de ocupantes de terras devolutas ou sub júdice, à procura de garantia da subsistência da família.

Inclui-se também o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da soberania alimentar, e integração entre política agrária, ambiental e desenvolvimento regional. Os pequenos agricultores estão tendo cada vez mais dificuldade de continuarem nas atividades agrícolas, sendo preciso que um conjunto de ações públicas seja a eles direcionado, com destaque ao crédito rural e acesso aos conhecimentos tecnológicos gerados no Brasil. A trajetória de sucesso econômico da agricultura brasileira não se confunde, naturalmente, com a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional da população, o papel do poder público é imprescindível para que isso aconteça.

É também imprescindível uma atuação efetiva no controle do desmatamento e na diminuição de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) pela agricultura brasileira, dentro de uma **Política Ambiental** que garanta proteção dos biomas e combate ao desmatamento, fortalecimento dos órgãos ambientais com participação social, integração entre política ambiental, industrial e energética, e a garantia de uma transição ecológica justa, planejada e gradativa, com proteção dos nossos recursos humanos e naturais, das terras raras aos depósitos aquíferos, das florestas ao oceano e da fauna, além do combate à crueldade e ao tráfico de animais e crimes ambientais correlatos, e políticas de manejo ético populacional ético de cães e gatos, com foco em saúde pública e enfrentamento aos maus-tratos. A política ambiental precisa também subordinar o agronegócio, as mineradoras e os latifúndios urbanos aos interesses nacionais. Abrange também a adaptação climática como política de proteção da vida (enchentes, calor extremo, seca, deslizamentos), com prioridade territorial para periferias e populações vulnerabilizadas, além de água, saneamento e saúde ambiental urbana (resíduos, enchentes, contaminações, justiça climática nas cidades); economia da natureza sem financeirização predatória; e biodiversidade como soberania.

É indispensável também enfrentar as reformas legais e infralegais dos dispositivos regulatórios do trabalho, da propriedade e do investimento. Existe uma correlação clara entre redução de contenciosos e remoção de atritos burocratizantes e a melhoria do rendimento do capital e do trabalho. O PT deve se dedicar a estudar e a debater com a sociedade, incluindo representantes do empresariado,

as razões de o Conselho Nacional de Justiça ter computado, em dezembro de 2024, um estoque de mais de 12 milhões de processos só na Justiça Federal e um fluxo de mais de 5 milhões de processos neste âmbito. Em todo o Judiciário, foram pouco mais de 80 milhões de processos pendentes. Tais números tornam o Brasil um lugar extremamente propício a relações conflituosas, em vez de um espaço aberto ao entendimento e à solução voluntária de controvérsias. É um paradoxo que empresas estatais, como Petrobras e Correios, estejam no topo de ações trabalhistas indenizatórias. Em relatório de 2023, a Petrobras informou provisão de R\$ 23,8 bilhões para “contingências trabalhistas e previdenciárias”. Só este número é maior do que o já elevado custo de manutenção da Justiça do Trabalho, na casa dos mais de R\$ 15 bilhões anuais.

As reformas estruturais defendidas pelo PT se complementam com a **Política de Segurança Pública**, que deve partir de um princípio inegociável: garantir uma vida segura e em paz para as famílias brasileiras. O Estado não pode renunciar ao monopólio da violência, institucional e democraticamente regulada pelo voto, de forma a coibir a formação de milícias e organizações criminosas que buscam se impor territorialmente, degradando a segurança individual e coletiva. Segurança não é militarização da vida social, mas proteção da vida, do território e dos direitos. Isso exige:

- Revisão da Lei Antifacções e da Lei do perdimento de bens
- Aprovação PEC da Segurança Pública;
- Reforma do sistema penitenciário;
- Reforma das polícias civis e militares;
- Fortalecimento da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal;
- Criação do Ministério da Segurança Pública e do Interior;
- Sistema Único de Segurança Pública (integração federativa);
- Uso obrigatório das câmeras corporais pelas polícias;
- Proteção da juventude negra
- Integração entre políticas sociais, urbanas e de prevenção.

O País precisa também de uma estratégia que de **soberania comunicacional**. Nela, inclui-se a democratização da mídia nacional e controle rígido sobre a mídia estrangeira; proibição de propriedade cruzada; proibição de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo

grau; fortalecimento das emissoras públicas de TV e rádio, em especial da Empresa Brasil de Comunicação (EBC); fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; fortalecimento do papel constitucional do Conselho Social de Comunicação, fazendo valer seu papel de órgão auxiliar do Congresso Nacional nas matérias relacionadas ao setor de radiodifusão, regulação democrática das big techs, plataformas digitais e redes sociais, liberdade de expressão e democratização dos meios de comunicação; criação do direito gratuito de antena para TV aberta e rádios e de um fundo de apoio a rádios e TVs comunitárias; regulação da atuação das plataformas digitais transnacionais e taxação dessas big techs.

As reformas estruturais e essas políticas prioritárias constituem, assim, o ponto de articulação entre programa e estratégia. Elas conectam a luta institucional à mobilização social, transformam demandas populares em mudanças estruturais e criam as condições materiais para uma democracia substantiva, capaz de produzir igualdade, direitos e futuro. O programa popular do Partido deve tensionar ao máximo os limites do capitalismo dependente brasileiro, orientando-se por reformas que enfrentem a concentração de riqueza, terra e poder. Isso implica reforma agrária e urbana, reforma tributária progressiva com forte taxação do sistema financeiro e das transações financeiras, enfrentamento ao rentismo, fortalecimento dos bancos públicos e superação do modelo predatório de desenvolvimento.

Reformar, no Brasil, significa deslocar poder, reorganizar a correlação de forças e alterar as estruturas históricas de concentração econômica, política e territorial que limitam a soberania nacional e a democracia substantiva. Essas reformas, portanto, pavimentarão o caminho para um conjunto de mudanças estruturais no campo da soberania e dos direitos.

Acrescentamos, no plano dos **direitos trabalhistas**, a recomposição dos direitos das classes trabalhadoras em um processo de alcançar o pleno emprego; a redução da jornada máxima semanal de trabalho para 40 horas, proibição da escala 6x1 e adoção da escala 5 x 2 sem redução salarial; a constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo, tornando-o instrumento ativo de distribuição de renda, sem subordiná-lo a restrições do arcabouço fiscal; revogação de reformas trabalhistas regressivas; e a aprovação da “Consolidação de Leis Sociais”, constitucionalizando o direito à renda mínima universal e outros benefícios.

No **direito à cidade**, defendemos uma reforma urbana; o combate à concentração de propriedades urbanas por meio de medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária; políticas públicas que eliminem o déficit habitacional, protejam as áreas verdes e de lazer, expandam os terrenos destinados a fins públicos como esporte e cultura, e garantam o transporte como direito universal, a ser exercido inclusive por meio de empresas públicas, e adoção da tarifa zero nos

transportes públicos.

No **direito à saúde**, o fortalecimento do SUS, com aumento das verbas para saúde pública até 10% da receita corrente bruta, garantia dos pisos constitucionais e implementação das decisões da 17ª Conferência Nacional de Saúde e da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Nos **direitos e proteção da vida**, propomos uma agenda de novo ciclo civilizatório, com foco no cuidado, nos direitos animais, no combate ao racismo estrutural, nos direitos LGBTQIA+, na inclusão de pessoas com deficiência, no envelhecimento digno, na juventude e no futuro. Defendemos o combate urgente e implacável ao feminicídio e à violência de gênero, por meio de um leque de políticas que envolvam desde a retomada do Estatuto do Desarmamento até a implantação efetiva de centenas de delegacias e unidades policiais especializadas com atendimento diuturno; a descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde; a garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual; a extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras; e reforço da economia do cuidado. Defendemos a manutenção e ampliação de todos os programas de combate ao racismo estrutural, englobados sob a diretriz da reparação histórica e igualdade de oportunidades, bem como direitos territoriais (quilombolas e periferias). Advogamos em nome de políticas voltadas para o envelhecimento digno, com rede de cuidados, saúde e assistência territorial, combate à violência patrimonial, mobilidade urbana acessível, educação inclusiva e combate a capacitismo. Lutamos ainda pelo reconhecimento do trabalho de cuidado, remunerado e não remunerado, como atividade socialmente produtiva e estruturante da economia, com valorização profissional das trabalhadoras, garantia de direitos trabalhistas e regulação das plataformas digitais que operam serviços de cuidado.

Defendemos instituir mecanismos estruturais de enfrentamento à divisão sexual do trabalho e à penalização econômica e social da maternidade, combinando: ampliação e universalização de serviços públicos de cuidado como condição de igualdade; proteção previdenciária para períodos dedicados ao cuidado; políticas de compensação das desvantagens acumuladas nas trajetórias profissionais das mulheres mães; licenças parentais compartilhadas e intransferíveis; e enfrentamento à discriminação salarial associada à maternidade. A maternidade cumpre função social essencial à reprodução da vida. Seus custos devem ser socializados pelo Estado, pelo mercado de trabalho e pela organização coletiva do cuidado.

E, por fim, acreditamos na defesa integral do Estado laico e defendemos descriminalização progressiva do consumo de drogas; a constitucionalização dos direitos de casais homoafetivos como entidade familiar plena; a promoção de políticas públicas e educacionais de combate ao racismo, ao

machismo, à homofobia e transfobia e a toda forma de preconceito.

4.5. O PT como instrumento histórico da transformação

O Partido dos Trabalhadores é um instrumento histórico das classes trabalhadoras do Brasil, construído a partir de sua organização independente e da convergência com os movimentos sociais, sindicais, populares e democráticos. Sua identidade nasce da recusa à tutela das elites econômicas, do compromisso com a democracia e da convicção de que a emancipação social só pode ser obra consciente dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, organizados politicamente para disputar o poder e transformar a sociedade.

Ao longo de sua trajetória, o PT desempenhou papel decisivo na ampliação de direitos, na defesa da democracia e na implementação de políticas públicas que melhoraram concretamente a vida do povo brasileiro. As experiências de governo demonstraram que é possível reduzir a pobreza, enfrentar a fome, ampliar o acesso à educação, fortalecer políticas sociais e reposicionar o Brasil no cenário internacional. Ao mesmo tempo, elas evidenciaram os limites e as contradições de atuar em um país marcado por desigualdades estruturais profundas, por um Estado capturado e por elites resistentes a qualquer projeto de redistribuição de poder e riqueza.

Esse aprendizado histórico impõe a necessidade de atualizar a estratégia, sem abdicar da identidade que deu origem ao partido. O PT não é apenas um partido de governo. É antes de tudo um partido de transformação cuja força depende de sua inserção social, de sua capacidade de formação política e de sua ligação orgânica com os sujeitos da mudança.

No contexto atual marcado pela fragmentação social, pela precarização do trabalho, pela crise de representação política e pela ofensiva autoritária, o papel do PT é reconstruir vínculos orgânicos com os sujeitos da mudança. Isso implica presença ativa nos territórios, nos locais de trabalho, nas periferias, nas escolas, universidades, no campo e nas novas formas de trabalho, transformando demandas dispersas e experiências fragmentadas em projeto político comum.

Fortalecer os sujeitos da mudança exige um partido capaz de articular luta social e disputa institucional, curto e longo prazo, governo e mobilização. O PT atua como espaço de convergência política das lutas sociais, contribuindo para sua articulação, formulação estratégica e projeção institucional, sem substituir sua autonomia.

Essa tarefa requer investimento permanente na militância, na formação política, na democracia interna e na comunicação popular. Um partido enraizado socialmente é condição para sustentar reformas estruturais, enfrentar o poder do rentismo e resistir às ofensivas da extrema-direita. Sem base social organizada e consciente, governos democráticos permanecem vulneráveis à chantagem

institucional, à sabotagem econômica e à guerra ideológica.

A formação política é elemento estratégico da disputa de hegemonia na sociedade. Não se trata apenas de qualificação interna, mas de construção de consciência crítica, organização popular e capacidade de direção política. Investir em formação é condição para sustentar programa transformador e enfrentar a ofensiva ideológica neoliberal.

Ao mesmo tempo, o PT deve preservar sua autonomia estratégica diante do poder econômico, das pressões do sistema político capturado e das exigências do curto prazo eleitoral. As alianças necessárias à defesa da democracia e à derrota do autoritarismo não podem significar diluição programática nem abandono do horizonte histórico do partido. A construção de maiorias democráticas só é sustentável quando ancorada em um projeto claro de transformação social e nacional.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores reafirma sua orientação estratégica em direção ao socialismo democrático, conforme afirmado em resoluções históricas do Partido e, mais recentemente, no VI Congresso. Um socialismo entendido não como modelo imposto ou fórmula abstrata, mas como processo histórico de radicalização da democracia, ampliação de direitos, controle social sobre a economia e superação das relações de exploração e opressão. Um socialismo construído pela ação consciente das classes trabalhadoras por meio da democracia, da participação popular e da soberania nacional.

Nesse horizonte, afirmamos que a superação das desigualdades de classe não implica, automaticamente, a superação do patriarcado nem do racismo estrutural. A radicalização democrática que orienta o socialismo defendido pelo Partido exige enfrentar simultaneamente as estruturas de exploração econômica, dominação racial e opressão de gênero que organizam a sociedade brasileira. Somente a articulação dessas dimensões permite que o projeto socialista realize, de forma concreta, sua promessa emancipatória.

O programa popular do Partido deve tensionar ao máximo os limites do capitalismo dependente brasileiro, orientando-se por reformas estruturais que enfrentem a concentração de riqueza, terra e poder. Isso implica reforma agrária e urbana, reforma tributária progressiva com forte taxaço do sistema financeiro e das transações financeiras, enfrentamento ao rentismo, fortalecimento dos bancos públicos, redução da jornada sem redução salarial e superação do modelo predatório de desenvolvimento.

É com esse papel – de instrumento político dos sujeitos da mudança – que o PT se projeta para o futuro, comprometido com a radicalização da democracia, com a justiça social, com a soberania nacional e com a construção de um novo horizonte civilizatório para o Brasil.

5. UM CHAMADO À ORGANIZAÇÃO, À DEMOCRACIA E À TRANSFORMAÇÃO

“O PT é um dos pilares da democracia brasileira, responsável por conquistas históricas como eleger o primeiro presidente operário e a primeira mulher presidenta do país, segue sendo instrumento essencial para organizar a classe trabalhadora, defender direitos sociais e construir um Brasil mais justo, soberano e solidário. Temos plena consciência dos desafios colocados: estimular as lutas sociais por direitos, fortalecer nosso enraizamento territorial, ampliar nossas bancadas, consolidar a unidade da esquerda e do campo democrático e assegurar a vitória de Lula em 2026, condição central para aprofundar o projeto de desenvolvimento, justiça social, reforma tributária progressiva e soberania nacional que o povo brasileiro conquistou nas urnas e que seguimos comprometidos em fazer avançar.”

Diretório Nacional, 6 de dezembro de 2025

Este documento não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida. É um pré-programa que expressa uma leitura crítica do nosso tempo, reafirma o sujeito histórico da transformação e aponta um horizonte estratégico para a classe trabalhadora brasileira no século XXI. Seu objetivo não é encerrar o debate programático do Partido dos Trabalhadores, mas abrir um novo ciclo de formulação, organização e luta à altura dos desafios históricos que enfrentamos.

Vivemos uma época de transição marcada por crises profundas: crise do capitalismo neoliberal, crise ambiental e climática, crise da democracia liberal e crise das formas tradicionais de representação política. Essas crises revelam o esgotamento de um modelo de desenvolvimento excludente, predatório e subordinado, incapaz de oferecer futuro para a maioria da população. Ao mesmo tempo, abrem espaço para disputas decisivas sobre os rumos da sociedade brasileira.

Diante desse cenário, o PT reafirma que não há saída democrática sem enfrentar as estruturas da desigualdade e da concentração de poder. A defesa da democracia exige mais do que a preservação de instituições formais. Exige reformas estruturais, fortalecimento do Estado democrático, ampliação dos direitos e organização consciente da classe trabalhadora. Sem transformação material da sociedade, a democracia se fragiliza. Sem democracia, a transformação se inviabiliza.

Este documento reafirma que o sujeito da mudança continua sendo a classe trabalhadora em sua diversidade contemporânea. Trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, do campo e da cidade, das periferias e dos territórios, das novas e velhas formas de trabalho, mulheres, população negra, juventude, povos indígenas e comunidades tradicionais são os protagonistas de qualquer projeto democrático-popular.

Fortalecer esses sujeitos – sua organização, sua consciência e sua capacidade de ação coletiva – é a tarefa estratégica central do PT. Sobretudo diante dos desafios impostos por um contexto

internacional marcado por crises profundas e interligadas, incluindo o esgotamento do neoliberalismo, a intensificação das desigualdades, a emergência climática, a regressão da democracia liberal, a perda da hegemonia norte-americana e a ascensão de novas potências como a China e os países do BRICS. Esse cenário requer um projeto nacional de desenvolvimento baseado em mudanças capazes de operar uma revolução social, política e tecnológica.

Para tarefa de tamanha complexidade, é imprescindível que o projeto democrático-popular, liderado pelo PT, consiga construir uma aliança com outros setores sociais. Isso inclui a direita liberal, democrática, capaz de se unir a este projeto tendo como foco a defesa da democracia e da soberania nacional, um novo papel do Brasil no mundo e a derrota do autoritarismo representado pela extrema-direita.

Ao submeter este pré-programa ao VIII Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, reafirmamos um compromisso histórico: organizar a esperança, transformar indignação em força social e construir maiorias democráticas capazes de sustentar reformas estruturais. Isso exige coragem política, clareza estratégica, unidade na diversidade e disposição permanente para o diálogo com a sociedade.

O futuro não está dado. Ele será resultado da luta, da organização e das escolhas políticas que fizermos agora. O PT escolhe, mais uma vez, o lado da democracia, da justiça social, da soberania e da transformação. O Partido dos Trabalhadores reafirma que a defesa da democracia, a reconstrução da soberania nacional e a realização das reformas estruturais são tarefas inseparáveis. É nessa articulação entre realismo histórico e horizonte transformador que se projeta o projeto democrático-popular para o Brasil do século XXI.

É com essa convicção que avançamos.